



Ilídio Manuel António

**Impulsionamento das Micro, Pequenas e Médias Empresas de
Turismo em Angola: diagnóstico do sector e consequências da
Pandemia COVID-19**

Orientador: Professor Doutor João Miguel Caldeira Heitor

Instituto Superior de Gestão
Mestrado em Estratégia de Investimento e Internacionalização
Lisboa
2022



Ilídio Manuel António

**Impulsionamento das Micro, Pequenas e Médias Empresas de
Turismo em Angola: diagnóstico do sector e consequências da
Pandemia COVID-19**

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau
de Mestre em Estratégia de Investimento e
Internacionalização no Curso de Mestrado
conferido pelo Instituto Superior de Gestão

Orientador: Professor Doutor João Miguel Caldeira Heitor

Instituto Superior de Gestão
Mestrado em Estratégia de Investimento e Internacionalização

Lisboa
2022

Dedicatória

Para minha Mãe, meu Avô Miguel Kabela. meus Irmãos, meus
Tios, Tias, Primos, Sobrinhas, Cunhadas, Filhos e Esposa.

Agradecimentos

Um trabalho de mestrado é uma longa viagem que inclui uma trajetória premiada por inúmeros desafios, tristezas, alegrias, e muitos percalços pelo caminho. É um processo solitário a que qualquer investigador está destinado, e só exequível com o contributo de várias pessoas indispensáveis para encontrar o melhor rumo em cada momento da caminhada.

Trilhar este caminho só foi possível com o apoio, energia e força de várias pessoas, a quem dedico especialmente este projeto de vida.

Em primeiro lugar quero agradecer ao Professor Doutor João Caldeira Heitor, pela sua orientação e possibilidade de aprendizagem que me proporcionou.

Ao Professor Doutor Miguel Varela, agradeço toda a disponibilidade e acompanhamento neste meu percurso.

Aos meus caros professores Dr. Helquio Viera Dias, Dr. Edson Maurício Horta e Dra. Rossana Piedade, que com os seus ensinamentos e dedicação contribuíram para o meu desenvolvimento pessoal e académico.

À Dra. Adjany Costa (Ex-Ministra da Cultura, Turismo e Ambiente) pela disponibilidade que me dedicou e pelo seu incentivo.

Ao Dr. Dinis Quicassa, Dr. Carlos Rosado e ao Professor Doutor Manuel Bandeira, pela disponibilidade com que me auxiliaram, pelos seus contributos de aprendizagem e partilha de conhecimento.

Ao Sr. Coronel Amílcar do Nascimento por todo o seu apoio e incentivo.

Ao Sr. Coronel Rui Neves pelos livros de me ofereceu.

Ao meu Maestro Coronel António Raúl Olim (em memória).

Ao Sr. Tenente-General Paulo Maria Bravo da Costa (Ex-Secretário de Estado para Logística e Infraestrutura da Casa de Segurança do Presidente da República) pela imprescindível ajuda e experiência que me proporcionou.

Ao Sr. General Geraldo Sachipengo Nunda (Ex-Estado Maior General das FAA), pela bolsa de estudo concedida.

Aos meus colegas e amigos, Katia Correia, Pedro Jasse, Joelma Bondo, Laurentino Jaia, Betuides André, Nelson Barbosa, Amaral Chigundo, Aderito Quinguri, Elísio Jungo, Guilherme Ngola, Adão Gonçalves, Mayngi Paulo, Élvio da Costa, Sr. Chingundo do Amaral, Félix Valério Paulo, Nelson do Nascimento Barbosa, Kito Dos Santos, Iracema Dias, Eng.

Diogo Simão e Maria Ngola por todo o incentivo e compreensão nos meus momentos de ausência.

Agradeço também aos meus Pais, Tios, Irmãos, Filhos e Esposa Juliana Ngola, pelo esforço que fizeram para que eu pudesse superar cada obstáculo do meu caminho e chegar até aqui. Estou grato pelo imenso amor e carinho que sempre me dedicaram.

A todos o meu agradecimento sincero.

Resumo

Após o fim da guerra civil em 2002, e até 2014 a economia angolana destacou-se a nível mundial pelo seu crescimento, contudo, o mesmo foi suportado maioritariamente pela exportação de petróleo. Com a queda do preço do petróleo e a diminuição das receitas da exportação em 2014 o país mergulhou numa grave crise económica e cambial. Como forma de diversificar a economia e reduzir a dependência das importações, o executivo criou planos de desenvolvimento para apoiar as micro, pequenas e médias empresas. Neste esforço um dos sectores considerados estratégicos foi o turismo pelo que procurámos compreender em que medida a falta de uma política angolana assertiva, de apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) de turismo, restringe um maior desenvolvimento deste sector empresarial e conhecer os principais fatores responsáveis pelo fraco desempenho empresarial do sector das MPME de turismo em Angola.

Recorrendo a bibliografia diversa, promovemos um estudo descritivo, com uma abordagem mista, sendo a componente qualitativa, suportada em entrevistas a entidades e personalidades do sector, e a componente quantitativa suportada em estatísticas e em inquérito por questionário a MPME de turismo a operar em Angola.

De acordo com os resultados obtidos confirmamos as potencialidades turísticas de Angola e identificamos um conjunto de constrangimentos através do estudo da cadeia de valor do sector. Em termos de medidas de apoio à recuperação do sector, as mesmas são praticamente inexistentes em termos reais, com exceção da possibilidade de extensão de prazos para pagamento de impostos. A maioria das medidas aprovadas, obriga a um conjunto de requisitos, nomeadamente, a não existência de dívidas fiscais e à segurança social, imposição que exclui um número muito elevado de empresa do sector. Conferimos existir um amplo consenso sobre gestão inadequada das autoridades no âmbito da Pandemia Covid-19 e que maioritariamente as MPME de turismo registaram impactos negativos. Igualmente, aferimos que as medidas de apoio ao sector são insuficientes para a recuperação e que a falta de uma política angolana assertiva de apoio efetivo às MPME de Turismo, tem condicionado o empreendedorismo e o crescimento do sector.

Palavras-chave: Empreendedorismo, Turismo, Economia, COVID-19, Angola

Abstract

After the end of the civil war in 2002, and until 2014, the angolan economy stood out worldwide for its growth, however, this was mainly supported by oil exports. With the fall of oil prices and the decrease of export revenues in 2014, the country plunged into a serious economic and foreign exchange crisis. As a way to diversify the economy and reduce dependence on imports, the executive created development plans to support micro, small and medium enterprises. In this effort one of the sectors considered strategic was tourism, so we sought to understand to what extent the lack of an assertive angolan policy to support tourism MSMEs restricts the further development of this business sector and to know the main factors responsible for the poor business performance of the tourism MSME sector in Angola.

Resorting to diverse bibliography, we have promoted a descriptive study, with a mixed approach, being the qualitative component, supported by interviews with entities and personalities of the sector. The quantitative component is supported by statistics and a questionnaire survey of MSME tourism operating in Angola.

According to the results obtained we confirm Angola's tourism potential and identify a set of constraints through the study of the sector's value chain. In terms of support measures for the recovery of the sector, they are practically non-existent in real terms, except for the possibility of extending tax payment deadlines. Most of the approved measures require a set of requirements, namely, the non-existence of tax and social security debts, an imposition that excludes a very large number of companies in the sector. We found that there is a broad consensus about the inadequate management of the authorities in the scope of the Covid-19 Pandemic and that the majority of tourism MSMEs suffered negative impacts. Likewise, we verified that the support measures for the sector are insufficient for recovery and that the lack of an assertive angolan policy of effective support for MSME tourism has conditioned entrepreneurship and growth in the sector.

Keywords: Entrepreneurship, Tourism, Economy, COVID-19, Angola

Abreviaturas

ANIP – Agência Nacional para o Investimento Privado

CAN - Campeonato Africano das Nações

CRF - Quadro Europeu de Competências

EIP - *Eurostat Entrepreneurship Indicators Programme*

FMI – Fundo Monetário Internacional

GEM - *Global Entrepreneurship Monitor*

GEPE - Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatísticas

INAPEM - Instituto Nacional de Apoio as Micro, Pequenas e Médias Empresas

INAPME - Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas

MPME – Micro, Pequenas e Médias Empresas

OECD - *Organisation for Economic Co-operation and Development*

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PDTA – Plano Diretor do Turismo de Angola

PIB - Produto Interno Bruto

PRODESI - Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações

Índice

Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	vi
Abstract	vii
Abreviaturas	viii
Índice de Figuras	xi
Índice de Quadros.....	xii
Índice de Tabelas	xiii
Introdução.....	1
Capítulo 1 – Enquadramento do Problema de Pesquisa.....	4
1.1 Caracterização do Tema de Pesquisa.....	4
1.2 Metodologia	7
1.3 Instrumentos de recolha de informação	8
Capítulo 2 – Enquadramento Teórico.....	11
2.1 O Turismo: Abordagem conceptual.....	11
2.2 O conceito de Empreendedorismo	13
Capítulo 3 – O Empreendedorismo na história recente de Angola	19
Capítulo 4 – Legislação e Medidas de Apoio às MPME.....	25
Capítulo 5 – Caracterização do sector do Turismo de Angola	29
Capítulo 6 – Apresentação e Interpretação de Resultados	36
6.1 Abordagem Quantitativa	36
6.2 Abordagem Qualitativa	44
Conclusões	50
Referências bibliográficas	52
Anexos.....	58

Anexo 1 - Inquérito por questionário	59
Anexo 2 - Entrevista ao Dr. Dinis Magalhães Quicassa	62
Anexo 3 - Entrevista ao Dr. Carlos Rosado de Carvalho	64
Anexo 4 - Entrevista ao Dr. Hilário Sebastião Domingos Buba	68
Anexo 5 - Resultados do inquérito por questionário.....	70

Índice de Figuras

Figura 1 - Evolução do número de novos casos de COVID-19 em Angola.....	5
Figura 2 - Conjunto de atividades que cruzam direta ou indiretamente o turismo	12
Figura 3 - Taxa TEA em Angola e nos diferentes tipos de economias.....	23
Figura 4 - Distribuição da atividade empreendedora por sector de atividade em Angola e nos diferentes tipos de Economias.....	24
Figura 5 - Fases de captação de turistas e respetivos mercados.....	30

Índice de Quadros

Quadro 1 - Guião de Entrevista.....	9
Quadro 2 - Diferentes perspetivas sobre empreendedorismo.....	14
Quadro 3 - Vantagens e Potencialidades para o desenvolvimento e crescimento do turismo..	32
Quadro 4 – Constrangimentos para o desenvolvimento e crescimento do turismo	32
Quadro 5 - Análise <i>SWOT</i>	34

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Benefícios do Regime de Declaração Prévia	27
Tabela 2 - Benefícios do Regime Especial.....	27
Tabela 3 - Chegadas Internacionais de Turistas e Receitas de Turismo em África e Angola ..	31

Introdução

Em 2020, quando começava a ser expectável uma ligeira melhoria da economia angolana o mundo parou com o anúncio de Pandemia COVID-19 decretado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Um ano depois a incerteza dos seus impactos na saúde, nas empresas e nas famílias ainda é uma realidade. À data, sem vacina, nem capacidade de serviços de saúde para lidar com a nova realidade, Angola, à semelhança da maioria dos países entrou em estado de emergência com confinamento obrigatório, encerramento de fronteiras, de estabelecimentos de ensino e atividades não prioritárias. Até ao início da Pandemia COVID-19, Angola já enfrentava vários desafios macroeconómicos e necessitava de abrir uma porta mais proactiva para o desenvolvimento do sector privado através de medidas e iniciativas mais assertivas sobre o empreendedorismo (Banco Mundial, 2019). Com o encerramento de fronteiras e as medidas de confinamento, a degradação do já então pouco robusto tecido empresarial tornou-se evidente. Perante os baixos preços do barril do petróleo e com o agravamento da dinâmica recessiva, o Fundo Monetário Internacional (FMI) baixou a estimativa de crescimento para o ano 2021 de 3,2% para 0,4% (CCIPA, 2021). A diminuição do preço do barril de petróleo, com um impacto direto na receita pública e na capacidade de o governo cumprir o serviço da dívida, leva as agências de rating a colocar a avaliação da dívida soberana angolana a níveis de risco elevado, contribuindo para restringir a possibilidade de financiamento nos mercados de dívida soberana e obrigando a ajustes na taxa de câmbio, o que dificultou atração de investimento gerando maiores desafios ao empreendedorismo (CCIPA, 2021).

Para fomentar a recuperação o governo tem estado a rever o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 (PDN), disponibilizando cerca de 488 mil milhões AKZ (€ 800 milhões) para apoiar as micro, pequenas e médias empresas, para aliviar a pobreza, estabelecendo um programa de transferências monetárias para proteger os mais vulneráveis, denominado “Kwenda”. Com o apoio do Banco Mundial, o governo criou uma nova regulamentação para obrigar as instituições financeiras a concederem financiamento para apoiar a produção de bens essenciais, tendo em consideração que, estabilizar os preços dos alimentos e garantir que as cadeias de abastecimento e de saneamento permanecem operacionais, é crucial para evitar uma crise nutricional e sanitária (Banco Mundial e ONU, 2020; CCIPA, 2021). Neste contexto, e tendo como premissa as restrições em termos de

reservas de petróleo e que os preços dificilmente voltarão a atingir os patamares anteriores, emerge a necessidade de procurar novos paradigmas de crescimento assentes num sector privado dinâmico e robusto. Para tal, o sector público deve renunciar ao papel de motor central de crescimento económico, criando condições para o desenvolvimento da iniciativa privada.

Esta transformação do papel do estado e a criação de oportunidades para o sector privado impõe reformas para melhorar o ambiente regulatório, a produtividade e a competitividade.

Um dos sectores que pode desempenhar um papel estratégico, na recuperação de Angola é o turismo (Ministério do Planeamento, 2007). No entanto, é importante referir que o mercado turístico, pela sua natureza, é um mercado comparativo que enfrenta inúmeros desafios que só se conseguirão vencer pela qualidade do serviço e de uma cultura de desenvolvimento, que incorpore políticas nas áreas do ordenamento do território, do ambiente, dos transportes e respetivas infraestruturas, da saúde, da segurança, entre outras de cada um dos destinos.

Assim, e sendo o turismo composto por um conjunto heterogéneo de atividades e sectores, as variáveis que contribuem para o seu desenvolvimento são múltiplas. Se lhe adicionarmos as características, desejos e necessidades dos consumidores, ficamos com uma rede complexa de relações e interações que têm de ser consideradas quando se elabora os objetivos estratégicos no âmbito das políticas e medidas impulsionadoras das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) de Turismo. Acresce ainda, que qualquer política, medida ou incentivo deve também contribuir para minimizar os impactos negativos e maximizar os benefícios gerados pelo turismo.

Neste sentido, e tendo como horizonte um conjunto de objetivos profissionais, revelou-se necessário adquirir novos conhecimentos e consolidar os existentes, através de um trabalho de investigação que cruzasse a temática das estratégias de investimento e do empreendedorismo. O interesse pelo sector do turismo, apresenta-se como uma evidência lógica, face ao potencial de recursos de Angola, mas também face ao potencial do próprio sector.

O turismo é uma atividade em franco crescimento a nível global e graças à sua importância económica e sociocultural, ao longo dos anos têm-se revelado um importante pilar estratégico para o crescimento e desenvolvimento económico de países, regiões ou

mesmo locais (Martins & Morais, 2016). Mas, lamentavelmente, no caso de Angola, não tem ainda um contributo significativo, nem a nível interno, nem no número de chegadas, apesar de ter sido considerado em 2011, um dos sectores estratégicos, tendo mesmo vindo a registar desde 2014 uma quebra muito acentuada no número de chegadas de turistas estrangeiros (Ministério da Hotelaria e Turismo, 2011a; WDI, 2021). Perante esta constatação relevou-se como pertinente como questão de partida procurar perceber em que medida a falta de uma política angolana assertiva, de apoio às MPME de turismo, está a restringir um maior desenvolvimento do sector e conhecer quais os constrangimentos que são considerados como os principais fatores responsáveis pelo fraco desempenho empresarial do sector das MPME de turismo em Angola.

Para o efeito optou-se por um estudo descritivo misto, sendo a componente qualitativa suportada em entrevistas e a componente quantitativa em inquérito por questionário, dado que sendo complementares, a sua conjugação visa responder às questões de investigação e alcançar os objetivos definidos.

Em termos de estrutura a dissertação foi organizada em capítulos. No primeiro capítulo descrevemos o problema de pesquisa, contextualizando o aparecimento, a evolução e as consequências económicas das medidas de combate à Pandemia Covid -19 em Angola. De seguida apresentamos a metodologia e os instrumentos de recolha de informação. No segundo capítulo, desenvolvemos o enquadramento teórico em torno de dois pilares fundamentais da investigação, o sector do turismo e o conceito de empreendedorismo, recorrendo a bibliografia diversa. No terceiro capítulo, caracterizamos o empreendedorismo na história recente de Angola com base em dados estatísticos e no quarto capítulo descrevemos a legislação e medidas de apoio às MPME. No quinto capítulo procedemos à caracterização do sector do turismo de Angola, efetuamos a sua caracterização no âmbito da procura e oferta, vantagens, potencialidades e constrangimentos e elaboramos uma análise SWOT. No sexto capítulo apresentamos os resultados obtidos através do questionário e das entrevistas.

Posteriormente, efetuamos uma reflexão em torno dos resultados obtido, em ambas as abordagens.

Capítulo 1 – Enquadramento do Problema de Pesquisa

1.1 Caracterização do Tema de Pesquisa

A 11 de Março a Organização Mundial de Saúde (OMS) declara o estado de Pandemia COVID-19 e alerta para os níveis preocupantes de propagação da doença. Angola já tinha proibido a entrada de cidadãos provenientes da China, Egipto, Nigéria, Argélia, Marrocos, Senegal e Tunísia, a 3 de março.

A 21 de março o Ministério da Saúde de Angola confirma os primeiros dois casos no país e no dia 25 o governo anuncia uma série de medidas para conter a propagação do vírus e decreta a entrada em vigor do Estado de Emergência (Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de março). Todos os voos foram suspensos, as fronteiras marítimas e terrestres foram fechadas, as aulas nas escolas e universidade foram encerradas (Governo de Angola, 2021). O Estado de Emergência foi prorrogado por quatro períodos sucessivos de 15 dias e durou até 25 de maio (Decreto Presidencial n.º 97/20, de 9 de abril, Decreto Presidencial n.º 120/20, de 24 de abril, Decreto Presidencial n.º 128/20, de 8 de maio). À data, Angola registava 60 casos ativos (Cambala, 2021).

Ultrapassado o período de Estado de Emergência, Angola entrou em Estado de Calamidade Pública (Decreto Presidencial n.º 142/20, de 25 de maio), a qual se prolongará enquanto se mantiver o risco de propagação massiva da Pandemia COVID-19 (Governo de Angola, 2021).

Passado um ano sobre os primeiros casos Angola contabilizou 24.661 casos positivos, 22.647 casos recuperados e um total de 565 mortes. O ano de 2021 fica marcado por um aumento acentuado de novos casos em dezembro, atingindo no dia 29 o número mais elevado desde o início da Pandemia COVID-19 (1.688 novos casos), valor que tem vindo sucessivamente a baixar durante o mês de janeiro de 2022 (JHU CSSE COVID-19, 2022).

Este percurso de combate à propagação da doença e defesa da saúde pública permitiu que Angola não se deparasse com cenários dramáticos como os vivenciados noutros países, no entanto, as graves consequências económicas foram igualmente devastadoras. O surgimento de novas variantes e o crescimento de novos casos durante os primeiros dois meses de 2021, levou o governo a decretar novamente o fecho das fronteiras a 18 de março, como medida excecional para evitar a importação de casos. A estratégia de privilegiar a saúde da população

em detrimento dos interesses económicos, está a ter um impacto devastador na economia mundial, com a indústria do turismo a ser devastada, o que tem levado governos e organizações nacionais e internacionais a implementar sucessivas medidas de apoio às empresas e às famílias.

A figura 1 apresenta a evolução do número de novos casos diários sendo evidente o crescimento nos últimos meses de 2021 e o seu decréscimo em janeiro de 2022.

Figura 1 - Evolução do número de novos casos de COVID-19 em Angola



Fonte: JHU CSSE COVID-19, 2022

Em termos económicos, cumpre destacar que o governo angolano aprovou a 9 de abril o Decreto Presidencial n.º 98/20, com o objetivo de desanuviar a pressão sobre a tesouraria das empresas com as obrigações tributárias e para a Segurança Social e Regular o Regime de Apoio Financeiro às MPME. Este decreto estabelece também as medidas para as famílias e para o sector informal da economia.

A crise provocada pela Pandemia COVID-19 associada à crise económica, que já afetava Angola deixou as micro, pequenas e médias empresas (MPME) de Turismo numa situação muito difícil em termos financeiros e de grande insegurança - clima pouco favorável a uma maior dinâmica do investimento em geral, e do empreendedorismo em particular.

Num enquadramento de grande incerteza fruto da Pandemia COVID-19, as medidas decretadas de apoio às empresas e de proteção dos empregos e dos rendimentos por parte do governo de Angola, destacam-se como cruciais para a manutenção num futuro próximo da

atividade económica do sector do Turismo e serão especialmente importantes para as pequenas e médias empresas. Importa salientar que o desenvolvimento da indústria do turismo é relativamente recente, considerando que a guerra civil só terminou em 2002, com o país muito destruído, especialmente, Luanda. Por outro lado, as dificuldades no processo de pedido de visto, também colocam Angola distante das rotas de turismo internacionais.

De acordo com o Plano Diretor do Turismo de Angola (PDTA) 2011- 2020, as chegadas previstas para 2020 rondavam 4,5 a 5 milhões de turistas, mas em 2017, entraram no país apenas 260.961 turistas, e em 2016, 397.485 turistas. Uma redução que obrigou o Ministério da Hotelaria e Turismo a estabelecer uma agenda para impedir que o número de entradas continuasse a retroceder. No entanto em 2019, o número de chegada de turistas situou-se no 218.000, mantendo a trajetória decrescente iniciada em 2014 (Ministério da Hotelaria e Turismo, 2011a; WDI, 2021).

Com o fim da guerra civil em 2002, Angola teve um rápido crescimento atingindo entre 2002 e 2014, valores médios de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem dos 10%. Este forte crescimento esteve muito ligado à expansão da indústria petrolífera e, apesar de algum esforço para diminuir esta dependência, na verdade, em 2014, o sector representava 97% das exportações, com Angola a passar a ser o segundo maior produtor de petróleo de África. A queda do preço do barril em 2014 e nos anos seguintes, conduziu o país a grandes desequilíbrios macroeconómicos em virtude de as receitas do petróleo terem caído para menos de metade num ano. A sustentabilidade da dívida tornou-se um desafio, a moeda angolana depreciou-se, gerando uma crise de divisas, a inflação subiu para valores de dois dígitos, acumularam-se as dívidas a fornecedores, a instabilidade financeira instalou-se, e o fraco clima empresarial tornou-se um obstáculo ao investimento privado (Banco Mundial, 2019).

Assim, quando a Pandemia COVID-19 chegou a Angola o país apresentava-se com uma riqueza natural impressionante, com um potencial económico extraordinário, mas com graves problemas macroeconómicos e sociais. Neste contexto, o presente estudo pretende encontrar respostas para as seguintes questões:

1. Em que medida a falta de uma política angolana assertiva, de apoio às MPME de Turismo, restringe um maior desenvolvimento deste sector empresarial?
2. Que constrangimentos são considerados como os principais fatores responsáveis pelo fraco desempenho empresarial do sector das MPME de Turismo em Angola?

1.2 Metodologia

Tendo em consideração que o propósito de uma investigação tem de estar associado ao conteúdo intrínseco do problema em estudo (Lakatos & Marconi, 2021), foi definido como objetivo geral o conhecimento das medidas e incentivos para impulsionar o empreendedorismo de turismo em Angola e como objetivos específicos:

1. Proceder à caracterização do tecido empresarial de MPME de Turismo em Angola;
2. Identificar as fraquezas nas competências e capacidades das MPME de Turismo em Angola;
3. Identificar políticas, medidas e incentivos de apoio às MPME de Turismo em Angola;
4. Promover recomendações de políticas, medidas e incentivos de apoio às MPME.

Em termos metodológicos a decisão recaiu no desenvolvimento de um estudo descritivo, quanto ao objetivo geral, com uma componente qualitativa, suportada em entrevistas a entidades e personalidades do sector, e uma componente quantitativa suportada em estatísticas e inquérito por questionário. A pesquisa qualitativa, engloba uma série de paradigmas teóricos e uma ampla gama de métodos, e estratégias de pesquisa, o que permite um olhar reflexivo e possibilita a aplicação de um instrumento para recolha de opinião (Lanka, Lanka Rostron & Singh, 2021).

No presente estudo optamos por uma entrevista semiestruturada com base num guião de entrevista. O motivo desta opção visa obter dos entrevistados respostas às perguntas, tendo em consideração que as diferenças devem refletir divergências de opinião e não disparidades nas perguntas (Lakatos & Marconi, 2021).

Não existindo regras fixas para a elaboração de um questionário, apesar de existirem diversas recomendações optamos por perguntas fechadas baseadas na revisão de literatura e no contributo das entrevistas a aplicar ao sector empresarial de MPME. Em sintonia com as recomendações de Creswell (2014) sobre os procedimentos de investigação, a mesma foi efetuada por etapas iniciando-se pela seleção de fontes e recolha bibliográfica, na qual foram identificados os fundamentos teóricos que serviram de base ao desenvolvimento do estudo. Na segunda etapa, foram identificadas as entidades e pessoas a contactar, estabelecido um

primeiro contacto, estruturadas as questões e construído o guião de entrevista e o questionário. Na terceira etapa foram realizadas as entrevistas para recolher a opinião dos entrevistados sobre o empreendedorismo nas MPME no sector do turismo, a política e medidas de apoio ao sector, quer antes, quer durante a Pandemia COVID-19 e aplicado o questionário.

Em relação ao questionário o principal foco assemelhou-se a um diagnóstico sobre a realidade vivenciada, constrangimentos e oportunidades.

Foram enviados mais de duzentos e cinquenta emails com base nas empresas (MPME) disponibilizadas nos diferentes diretórios e redes sociais como ligados ao turismo, incluindo Hotelaria, Agências de Viagens, Operadores Turísticos, Empresas de Consultoria, Investigação e Ensino na área do Turismo. Foi ainda solicitado o apoio ao Dr. Dinis Magalhães Quicassa, Diretor Nacional de Estruturação e Desenvolvimento Turístico do Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente, para divulgação do estudo e respetivo link para preenchimento do questionário. Foram realizadas várias diligências presenciais. No entanto, o avanço da Pandemia COVID-19 e o agravamento das medidas de restrição dificultaram a obtenção de um número superior de respostas. As dificuldades de acesso à internet e a não utilização generalizada de muitas empresas de email, contribuiu igualmente para a não obtenção de uma amostra superior. A fraca disposição para a participação em estudos, através do preenchimento de questionário, revelou-se igualmente um constrangimento relevante.

1.3 Instrumentos de recolha de informação

O inquérito por entrevista é uma técnica de recolha de dados e informação que permite ao investigador obter uma contextualização e compreensão profunda da realidade estudada.

Neste contexto, Silvestre, Fialho e Saragoça (2014) referem que para a aplicação de um inquérito por entrevista deve ser elaborado um guião orientador da condução da entrevista. Para estes autores e uma vez que se trate de uma entrevista semiestruturada, a aplicar a diferentes pessoas, o investigador deve recorrer ao mesmo guião estruturado em blocos temáticos, como meio de conferir rigor e fiabilidade a essa técnica de recolha de dados (Silvestre *et al.*, 2014). Em termos de critérios do ponto de vista da validade investigativa, optamos pela pertinência das questões, nomeadamente, a sua adequação ao tema em estudo, privilegiando a sua objetividade e coerência, quer nas entrevistas, quer no

questionário.

Relativamente, às entrevistas optamos por quatro dimensões de questões, distribuídas em cinco grupos de questões. Caracterização da capacidade empreendedora no sector do turismo, caracterização do comportamento dos empresários do sector do turismo na gestão da Pandemia Covid-19, concordância com as medidas de apoio versus a sua utilidade no processo de apoio à recuperação, e identificação de constrangimentos ao desenvolvimento/recuperação do sector.

O quadro 1, apresenta as questões definidas como guião de entrevista de acordo com as dimensões anteriormente estipuladas, as quais tiveram como estrutura conceptual o conhecimento da realidade presente e as expectativas futuras.

Quadro 1 - Guião de Entrevista

Contextualização		Objetivo
Legitimação da Entrevista		Explicar o objetivo do estudo. Solicitar autorização para incorporação da informação recolhida no estudo. Caracterização perfil do Entrevistado enquanto personalidade ou entidade que representa.
Questões		
1. Como caracteriza a capacidade empreendedora no sector do Turismo antes da Pandemia COVID-19?		
2. Com a Pandemia COVID-19 o sector do Turismo foi um dos mais afetados. Como classifica o comportamento dos empresários do sector na gestão da crise?		
3. Concorda com as medidas de apoio ao sector? Considera que são suficientes para o apoio à recuperação e relançamento da atividade?		
4. Quais as medidas que considera mais adequadas para impulsionar o empreendedorismo das MPME de Turismo em Angola?		
5. Quais são os principais constrangimentos que impedem um maior desenvolvimento do Turismo em Angola nos próximos 3 anos?		

Relativamente ao questionário o mesmo foi elaborado em plataforma online do *Google Forms*, com o propósito de identificar as medidas e incentivos de apoio, mais valorizadas pelas MPME de Turismo em Angola (anexo 1).

O questionário foi elaborado com dezasseis questões, sendo a primeira de identificação do email; a segunda de confirmação sobre o esclarecimento dos objetivos do estudo, participação voluntaria e possibilidade de interromper a colaboração até à submissão final do mesmo; a terceira, quarta e quinta são questões que se referem à entidade, à atividade principal e ao cargo do inquirido. A questão seis centra-se na caracterização da capacidade empreendedora no sector do turismo e a questão sete no comportamento das autoridades na gestão da crise provocada pela Pandemia Covid-19. Na questão oito procura-se aferir sobre o

comportamento dos empresários do sector do turismo na gestão da crise originada pela Pandemia Covid-19 e na questão nove sobre os efeitos. Na questão dez procura-se identificar as medidas adotadas no âmbito da gestão da crise gerada pela Pandemia Covid-19 pela organização a que os inquiridos pertencem. Na questão onze pretende-se conhecer qual o grau de concordância com as medidas de apoio ao setor do turismo e na questão doze se as mesmas são ou não suficientes. Na questão treze apresenta-se um conjunto de medidas e interroga-se o inquirido sobre o grau de importância para impulsionar o empreendedorismo das MPME de turismo em Angola. Na questão catorze solicita-se a opinião sobre as principais debilidades que não permitem um maior desenvolvimento do turismo em Angola nos próximos três anos. Na questão quinze solicita-se a opinião sobre as principais ameaças para um maior desenvolvimento do turismo em Angola nos próximos três anos. A última questão, a dezasseis, é aberta e teve como propósito permitir aos inquiridos expressarem algum comentário.

Capítulo 2 – Enquadramento Teórico

2.1 O Turismo: Abordagem conceptual

O turismo é um fenómeno social e antropológico, sem que exista uma definição universalmente aceite. Efetivamente, as atividades de lazer e recreio sempre estiveram presentes na história da humanidade, marcando épocas e civilizações.

Ao longo de seu percurso histórico, a Organização Mundial de Turismo (OMT), bem como as suas antecessoras, sempre defenderam e trabalharam no sentido de conseguir apresentar definições para os diferentes conceitos, o mais consensuais possível, de modo a poder orientar a instituição e os seus membros na elaboração de dados estatísticos, visando um sistema mundial de informações unificado. Este esforço ganhou relevância na Conferência Internacional sobre Estatísticas de Viagens e Turismo, realizada em 1991 em Ottawa onde foi explicitamente aceite como definição: “O Turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens a e estadias em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista lazer, negócios ou outros motivos”. Esta definição foi atualizada em 1999, passando a apresentar a seguinte descrição: “O Turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens a e estadias em lugares diferentes de seu entorno habitual, por período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista lazer, negócios ou outros motivos” não relacionados ao exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (Pakman, 2014, p.10-13).

A indústria do turismo é considerada por muitos como a maior indústria do mundo, e neste sentido, é compreensível que a sua estrutura seja bastante complexa, envolvendo muitos componentes do turismo, e muitos tipos diferentes de turismo e de negócios.

A recente Pandemia COVID-19 tornou ainda mais evidente o impacto do turismo e da mobilidade das pessoas, em termos de contágio e nos efeitos nas mais diversas atividades económicas. Assim, o turismo engloba um conjunto extremamente alargado de atividades económicas interrelacionadas com tudo o que envolve viagens e movimentos de pessoas, e por inerência também em atividades ligadas ao movimento de mercadorias, o que implica a prestação de diferentes serviços, mas igualmente a sua produção. Neste contexto, o turismo é uma atividade que resulta do somatório de recursos naturais, culturais e sociais com um conjunto alargado de sectores e que move desde a agricultura, a tudo o que o homem consome, necessita, ou que considera necessitar quando viaja, como ilustra a figura 2.

Figura 2 - Conjunto de atividades que cruzam direta ou indiretamente o Turismo



Fonte: Stainton (2021)

Pelo exposto, o turismo é uma atividade económica que cada vez mais surge como aposta essencial para o desenvolvimento das regiões, ou países. Como explicam Martins e Morais (2016, p.84) o “contributo de um qualquer sector para o desenvolvimento de um país ou de uma região deve ser visto à luz daquelas que são as premissas inerentes ao crescimento económico e ao desenvolvimento económico”. O crescimento económico é definido, frequentemente, como o incremento da capacidade de produzir, transformar ou outras formas de criar valor em bens e serviços, numa perspetiva de aumento sustentado e duradouro das principais grandezas que caracterizam uma economia: produção, investimentos, rendimentos, consumo, pelo que a noção de desenvolvimento se foca em aspetos qualitativos como a melhoria das condições de vida e bem-estar da população (Martins & Morais, 2016). Tendo em consideração as características do turismo, é plausível afirmar que enquanto oferta tem capacidade para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento económico dos destinos. No entanto, o sucesso ou insucesso depende de uma infinidade de requisitos intrínsecos aos destinos, das políticas adotadas e da capacidade de empreendedorismo.

2.2 O conceito de Empreendedorismo

O empreendedorismo pode ser definido como uma atitude proactiva de inovação e aproveitamento de oportunidades, que visa a implementação de novos negócios ou mudanças em empresas já existentes.

Segundo Carvalho e Costa (2015) a criação do termo - empreendedorismo é frequentemente atribuída a Richard Cantillon, em virtude de este autor ter sido um dos primeiros a diferenciar o empreendedor (aquele que assume riscos) do capitalista (aquele que fornece o capital). Na sua obra, “Ensaio sobre a natureza do comércio em geral” publicada em 1755, Cantillon caracteriza o empreendedor como aquele que vive na incerteza, e como tal, deveria ter capacidade de reflexão, de previsão e de ser racional. Numa visão económica, Cantillon define o empreendedor como “um decisor racional que assume o risco e gere a empresa com o objetivo de alcançar o lucro” (Carvalho e Costa, 2015, p.15).

Um ano depois Adam Smith na sua obra “A riqueza das nações”, publicada em 1776, refere-se ao empreendedor, como um tipo específico de empresário e distingue três tipos de empresários:

1. O aventureiro ou especulador que investe o seu capital em empreendimentos de elevado risco;
2. O projetor que arquiteta e realiza planos, produz invenções de forma arriscada;
3. O empreendedor que realiza projetos medindo riscos e agindo de forma mais ponderada. Este autor define ainda os empreendedores como pessoas que reagem às mudanças económicas e têm a capacidade, enquanto agentes económicos, de transformarem a procura em oferta (Carvalho e Costa, 2015).

Em 1816, Jean Baptiste Say descreve o empreendedor como um agente que transfere recursos económicos de um sector de produtividade mais baixa para um sector de produtividade mais elevada e de maior rendimento. Say considera que o empreendedorismo atua numa sociedade como uma ferramenta de criação de valor, e define o empreendedor como um empresário que utiliza invenções, as quais articula com meios de produção para criar produtos úteis. Em 1848, John Stuart Mill, refere-se ao empreendedorismo como o pilar da iniciativa privada e em 1871, Carl Menger associa o empreendedorismo à criação de oportunidades que conduzem ao crescimento industrial. Ao longo dos foram muitos os

contributos sobre o conceito de empreendedorismo, dando origem a diferentes abordagens, como se evidencia no quadro 2.

Quadro 2 - Diferentes perspetivas sobre empreendedorismo

Perspetivas de Empreendedorismo	Autores
Empreendedorismo e inovação	Schumpeter (1934)
Empreendedorismo como processo de criação de novas empresas	Gartner (1989, 1990); Katz e Gartner (1988); Low e MacMillan (1988)
Expressão Organizacional do Projeto Empreendedor (empresas maduras)	Stevensen e Jarillo (1990); Stevenson <i>et al.</i> (1985)
Identificação e exploração de oportunidades	Kizner (1973); Venkataraman (1997); Shane e Venkataraman (2000); Shane (2003)
Empreendedor características e comportamento	McClelland (1961, 1972)

Fonte: Carvalho e Costa (2015, p.16, adaptado de Wiklund, *et al.*, 2000)

Schumpeter diferencia a função do empreendedor da função do gestor e explica que, enquanto o primeiro inova, o segundo gere sem necessariamente inovar. Ao colocar o foco do empreendedorismo na inovação, este autor define o empreendedor como um indivíduo que revoluciona o processo existente através de uma destruição criadora, por meio do desenvolvimento de uma nova tecnologia ou aperfeiçoamento de uma já existente (Rodrigues, 2017).

De acordo com Nassif, Ghobril e Silva (2014) na definição do conceito de empreendedorismo existe um forte predomínio na adoção de considerações baseadas nas características do empreendedor, em detrimento de abordar o conceito com novas perspetivas que incorporem quem são os empreendedores e o que eles fazem.

No Programa de Indicadores de Empreendedorismo (EIP) da OCDE-Eurostat, são considerados como empreendedores as pessoas, enquanto empresários, que procuram gerar valor, através da criação ou expansão da atividade económica, identificando e explorando novos produtos, processos ou mercados. Como atividade empreendedora é definida a ação humana empreendedora em busca da geração de valor, através da criação ou expansão da atividade económica, identificando e explorando novos produtos, processos ou mercados e como empreendedorismo, o fenómeno associado à atividade empreendedora (Komarkova, Gagliardi, Conrads, & Collado, 2015).

Para Komarkova *et al.* (2015) para compreender melhor o empreendedorismo é essencial analisar os motivos ou orientações que atuam como forças impulsionadoras, tendo estes autores definido cinco orientações:

1. Assumir riscos;
2. Inovação;
3. Proatividade;
4. Autonomia,
5. Agressividade competitiva.

O papel de risco do empreendedor está associado à incerteza e ações destemidas. A inovação está associada à criatividade e experimentação, e a proatividade à procura de oportunidades, visão de futuro e antecipação.

Hisrich e Shepherd (2017) definem empreendedorismo como o processo de criação de valor em algo novo, o que implica a dedicação de tempo e de esforço e a aceitação de correr riscos financeiros, psíquicos e sociais.

Na definição do Quadro Europeu de Competências (CRF) para o empreendedorismo, foram consideradas como competências-chave: a criatividade, o trabalho em equipe, a resolução de problemas, as valências em termos de gestão, a capacidade de tomada de risco, a identificação de oportunidades, a autoeficácia e autoconfiança. Nos critérios de aprendizagem para o empreendedorismo foram definidos como elementos essenciais, a educação financeira, a criatividade, a gestão de risco e a identificação de oportunidades, no entanto, outros trabalhos da própria Comissão Europeia, salientam que as atitudes e habilidades associadas ao empreendedorismo cruzam ainda as seguintes competências: comunicação, liderança, tomada de decisão, inovação, responsabilidade, colaboração, geração de ideias, resolução de problemas, trabalhar de forma independente ou com autonomia, negociação e *networking* (Komarkova *et al.*, 2015).

Rodrigues (2008, p.5) considera que os “empreendedores são peritos em identificar, explorar e comercializar oportunidades”. Igualmente “são exímios na arte de criar (novos produtos, serviços ou processos)” e conseguem pensar de forma diferente – “fora do quadrado”. Com esta expressão a autora explica que a “maioria das pessoas, por temer o insucesso e ser avessa ao risco, tem dificuldade em considerar novas formas de abordar problemas e perspetivar a realidade”. Para esta autora quem consegue pensar “fora do quadrado” reúne um conjunto de características e beneficia de um perfil que lhe permite identificar mais facilmente novas oportunidades, nomeadamente (Rodrigues, 2008, p.6):

1. “Pensam de forma diferente: os empreendedores têm uma perspectiva diferente das coisas; adivinham problemas que os outros não vêem ou que ainda nem existem; descobrem soluções antes mesmo de outros sentirem as necessidades.
2. Vêm o que outros não vêem: o empreendedor vê oportunidades que escapam aos outros, ou a que os outros não atribuem relevância.
3. Gostam de assumir riscos: acreditam nos seus palpites e seguem-nos.
4. Os empreendedores competem consigo próprios e acreditam que o sucesso ou fracasso dependem de si. Na sua maioria não desistem e nunca param de lutar pelo sucesso.
5. Aceitam o insucesso: embora nenhum empreendedor goste de falhar, sabe que a possibilidade de fracassar é inerente ao risco que qualquer atividade empreendedora comporta. O insucesso é encarado como uma possibilidade de aprender e evoluir e previne futuros fracassos.
6. Observam o que os rodeia: a grande maioria das ideias e inovações bem-sucedidas foram desenvolvidas a partir de uma realidade próxima ao empreendedor – no âmbito profissional, familiar, de lazer.
7. Os empreendedores nunca se reformam...”

Quer as motivações, quer as capacidades e competências atribuídas aos empreendedores estão em grande medida associadas a características individuais. Segundo o IAPMEI (2016) as principais motivações de um empreendedor são:

- A ambição de mudar, de aceitar desafios, e correr o risco de insucesso;
- A resiliência e autoconfiança, fundamentais, quando, repetidas vezes os resultados não são os esperados;
- O sentido de oportunidade, que permite detetar a possibilidade de um novo avanço;

- A criatividade, capacidade de inovação e disponibilidade para aprender continuamente, fundamentais para encontrar soluções;
- O espírito de equipa e capacidade de liderança permitem motivar os colaboradores a persistirem na busca do sucesso;
- Saber que cada pequeno avanço é um passo no caminho da solução.

O conceito de competência surge no cruzamento de diversos campos disciplinares, sob a influência de abordagens distintas, e tem evoluído ao longo do tempo. De acordo com Le Boterf (2006) a competência é entendida como um processo dinâmico e complexo, em permanente construção e recomposição, através da interação entre o sujeito e o meio. A competência é de natureza combinatória, composta por saberes de diversas naturezas, que se finalizam na ação, através da realização das tarefas num determinado contexto.

Em relação às competências para o empreendedorismo segundo o IAPMEI (2016) as mesmas devem ser organizadas em quatro dimensões: competências pessoais; competências relacionais; competências de conhecimentos e competências técnicas.

As competências pessoais são as que resultam da formação pessoal, da personalidade e das atitudes. Compreendem o empreendedor enquanto pessoa. Esta dimensão será fundamental para determinar o posicionamento do empreendedor perante o mercado e envolve a imagem de credibilidade do empreendedor, a capacidade de enfrentar riscos, a autoconfiança a autodisciplina, a capacidade de análise/síntese, espírito de observação, poder de comunicação e apresentação pessoal (IAPMEI, 2016).

As competências relacionais cruzam a capacidade de empatia com a projeção e envolvem a empatia, a capacidade de focar nos objetivos (projeção) a capacidade de interação, isto é ser capaz de obter resultados trabalhando em grupo e de interagir produtivamente com os interlocutores do mercado (IAPMEI, 2016).

As competências de conhecimento agregam o conjunto de conhecimentos, a que habitualmente se chama *knowhow*. Muitos destes conhecimentos são resultantes da formação académica do empreendedor ou de um esforço autónomo de pesquisa e estudo. Neste contexto destacam-se os conhecimentos de gestão empresarial, de gestão financeira, de gestão de Marketing, de gestão da comunicação e cada vez mais o domínio das tecnologias digitais (IAPMEI, 2016).

Por último, mas não menos importante, as competências técnicas. Em simultâneo com

os conhecimentos de marketing, o empreendedor deve ser capaz de aplicar esses conhecimentos no desenvolvimento de um plano operacional coerente, estabelecer objetivos ambiciosos, mas realistas, e, por conseguinte, estar apto para gerir por objetivos. Deve ainda, saber enfrentar dificuldades e seguramente escassez de recursos, minimizar problemas e maximizar as hipóteses de sucesso, pelo que carece de capacidades de planeamento, organização e método. A gestão do tempo, a gestão da informação, as competências técnicas para realizar o produto ou serviço, que resulta da implementação da ideia, a fluência em línguas estrangeiras e a utilização de meios informáticos são também competências técnicas indispensáveis nos dias de hoje, e com especial relevo para o empreendedorismo (IAPMEI, 2016).

Carvalho e Costa (2015) alertam para que o tema do empreendedorismo, tem recebido inúmeros contributos, particularmente, ao longo dos últimos anos pelo que existem perspetivas que não prescindem do envolvimento da inovação. Outras há que se focam no processo de criação de empresas, na expressão organizacional, na identificação e exploração da oportunidade, no comportamento e características do empreendedor, mas também existe, quem valorize diferentes realidades, o que nos permite concluir que o termo empreendedorismo estará associado a mais de uma linhas de pensamento, e, por conseguinte, diferentes enquadramentos conceptuais.

Capítulo 3 – O Empreendedorismo na história recente de Angola

Tendo como premissa que o empreendedorismo sempre acompanhou a história do Homem, mas também que sempre encontrou condições para o seu desenvolvimento se instalou com atitude e progrediu salientando-se a dinâmica do empreendedorismo intimamente ligada à envolvente, seja no âmbito económico, social, legal ou político.

Ao longo do século XX, a economia angolana foi fortemente marcada pela exportação de borracha, café, sisal, algodão, diamante, ferro e petróleo. A produção alimentar e as bebidas representavam cerca de 47% do valor global. Este cenário foi profundamente alterado com a independência e guerra civil. Assim, na Primeira República (1975-1991) a economia angolana foi marcada por uma orientação de centralização e submissão do poder económico ao poder político. Neste período sucederam-se as nacionalizações e os confiscos, que conduziram a que a generalidade da atividade económica fosse desenvolvida por empresas do Estado, deixando pouca ou nenhuma margem à iniciativa privada (Vale, 2018).

Durante a Segunda República (1992-2009) foi desenvolvido algum esforço de abertura a uma maior intervenção do sector privado na economia, numa lógica mais de mercado e de reprivatizações, mas só com o fim da guerra civil é que tal propósito começou a tomar forma com a Lei do Fomento do Empresariado Privado Nacional aprovada em 2003, e com iniciativas como a criação do Balcão Único de Empreendedor (BUE), do Guiché Único do Empreendedor (GUE), com o lançamento do Portal Online e com a Lei das Sociedades Comerciais em 2004 (Nambi, 2018).

O ano de 2003 ficou ainda marcado pela aprovação da lei do investimento privado, e pela criação da ANIP – Agência Nacional para o Investimento Privado extinta em 2015 para dar lugar à APIEX - Agência para Promoção de Investimento e Exportações de Angola, a qual por sua vez também foi extinta em 2018 (Lusa, 2018).

Entre 2002 e 2009, assistiu-se a uma alteração da estrutura do PIB angolano, apesar do sector petrolífero continuar a manter um peso muito elevado. Em sintonia com este esforço foi elaborado o Programa de Desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (PDMPME), com um horizonte de 2025 - Estratégia Angola, a qual preconiza um Mega-Cluster Turismo e Lazer, constituído por cinco clusters principais: Sol e Praia, Desporto, Património Cultural, Amenidades e Negócios, como meio de dar resposta às tendências vivenciadas à época (Ministério do Planeamento, 2007):

- i. Valorização de uma oferta turística diversificada que integra sol e praia, património cultural, desporto, amenidades ambientais e recreação e lazer;
- ii. Potenciação das interações entre as atividades turísticas e as restantes atividades económicas:
 - Estimulando o envolvimento das empresas localizadas em Angola na cadeia de fornecimentos;
 - Utilizando o turismo como instrumento para a promoção da imagem do País com os reflexos positivos que esse facto tem nas restantes atividades económicas;
 - Desenvolvendo progressivamente uma oferta turística orientada para o Turismo de negócios, promoção de grandes eventos, realização de congressos, etc.
- iii. Promoção de um modelo de desenvolvimento do Turismo que assegure o desenvolvimento sustentável, a qualidade ambiental e a coesão social.

Em termos políticos desde 2010 que Angola tem tentado ser mais assertiva e demonstrar um compromisso mais firme para com a paz e a estabilidade, nomeadamente, através da alteração do sistema eleitoral e de nomeação do presidente. Relativamente ao modelo económico que caracteriza a Terceira República (2010 - presente) o papel do sector privado, é muito valorizado ao consagrar os princípios da propriedade e da iniciativa privada como princípios fundamentais da Constituição de 2010, tendo como grandes objetivos aumentar produção doméstica; reduzir a dependência nacional das importações; fortalecer o tecido empresarial nacional; promover a criação de emprego; diversificar as fontes de receitas fiscais e de divisas. Para alavancar o processo de diversificação da economia foram reforçados como clusters prioritários: Cluster de Energia e Água; Cluster da Agricultura, Pescas, Alimentação e Agroindústria; Cluster da Habitação; Cluster dos Transportes e Logística; Cluster das Atividades Extrativas; Cluster do Petróleo e Gás Natural; Cluster do Turismo, Lazer e Outros Serviços.

Apesar dos progressos significativos feitos na estabilidade macroeconómica e nas reformas estruturais, o peso da economia informal na economia angolana, segundo os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) deve variar entre 25% e 65% do PIB e 94% da população ativa trabalha no sector informal segundo a Organização Internacional do Trabalho

(OIT) para que (Ernesto & Capilo, 2018). Obviamente que estes dados evidenciam uma realidade preocupante que o governo de Angola tem vindo a tentar combater.

Segundo Israel Nambi, Diretor Geral do Guiché Único da Empresa (GUE) é fundamental sensibilizar a sociedade para a importância do empreendedorismo, mas também para a necessidade de cumprimento de todos os requisitos legais pelo que “é dever do Estado garantir que todo o cidadão faça o seu negócio formalmente, no estrito cumprimento das leis e normas que regulam a atividade comercial, o que pressupõe a posse de um alvará comercial atualizado e o pagamento de imposto” (Nambi, 2018, p.1).

Em abril de 2019 o Governo angolano reconheceu que as metas estabelecidas na Estratégia de Desenvolvimento de Longo Prazo, conhecida como Estratégia 2025, deixou de ser exequível, pelo que foi prolongada para 2050 (Chambassuco, 2019). A Estratégia 2015 foi concebida com base num crescimento da economia de 11,5% e no aumento da produção de petróleo, realidades que não se vieram a confirmar, muito pelo contrário (Chambassuco, 2019), e que têm sido agravadas pela Pandemia COVID-19.

As elevadas taxas de desemprego têm forçado os angolanos a iniciar pequenos negócios para se sustentarem a si e às suas famílias, pelo que Angola ocupa a 6ª posição da lista de 15 países mais empreendedores do mundo com 12,4%, logo a seguir a Uganda com 28,1%, Tailândia com 16,7%, Brasil com 13,8%, Camarões com 13,7% e Vietname com 13,3%, onde a última posição é ocupada por Guatemala, país da América Central, com 9,2% (Platinaline, 2019).

A análise da atividade empreendedora em Angola, realizado pelo *Global Entrepreneurship Monitor 2018/2019*¹ (GEM Angola, 2020) revelou uma dinâmica muito interessante e raramente observada por este organismo. O GEM é o maior observador da atividade global de empreendedorismo, e além da informação que disponibiliza no seu site publica anualmente um relatório global, mas também relatórios nacionais, regionais ou locais. O GEM tem vindo a expandir-se desde a sua origem, monitorizando atualmente mais de cem países em todo o mundo, cobrindo 90% do PIB mundial.

A definição utilizada de empreendedorismo é qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou nova iniciativa, tal como emprego próprio, uma nova organização empresarial ou a expansão de um negócio existente, por parte de um indivíduo, de uma equipa de indivíduos, ou de negócios estabelecido (GEM Angola, 2020).

¹ Último relatório publicado

Para a elaboração do relatório GEM Angola a recolha de dados foi efetuada na Sondagem à População Adulta, ocorrida através de um questionário padronizado, aplicado em todos os países participantes no GEM e na Sondagem a Especialistas Nacionais ligados ao empreendedorismo em Angola. Entre outros parâmetros de análise, o GEM monitoriza a Taxa de Atividade Empreendedora *Early-Stage Total* (TEA). A taxa TEA mede a proporção de indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 64 anos que estão envolvidos na criação e gestão de negócios que proporcionaram remunerações por um período até três meses (negócios nascentes) ou por um período entre os três e os 42 meses (negócios novos). Estes indivíduos são denominados de empreendedores *early-stage*. Sobre a realidade angolana apresentada no GEM 2018/2019 cumpre destacar que:

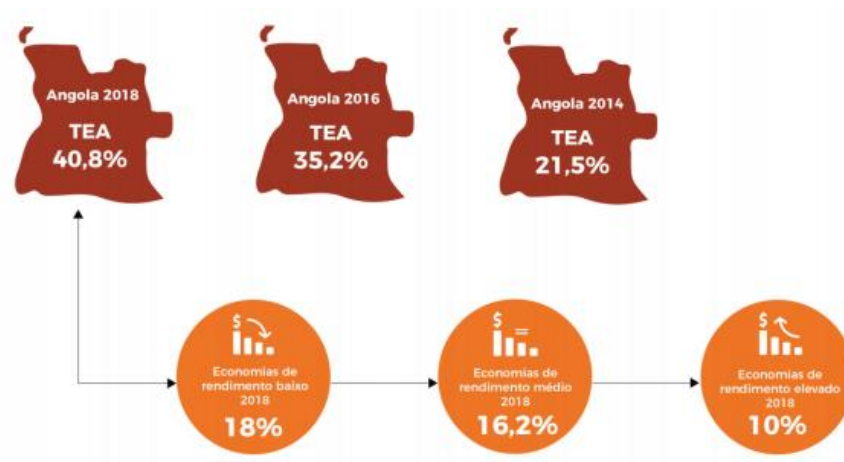
- A TEA foi de 40,8%, o que significa que existem entre 40 e 41 empreendedores *earlystage* (indivíduos envolvidos em *start-ups* ou na gestão de novos negócios), por cada 100 indivíduos em idade adulta. A taxa TEA de Angola subiu 5,6% relativamente ao valor registado no ano de 2016, e 19,3% quando comparado com 2014;
- O sector económico onde se regista uma maior percentagem de nova atividade empreendedora, nascente ou nova, é o sector orientado para o consumidor, o qual reúne 77,9% dos empreendedores *early-stage*. Por sua vez, o sector extrativo é o que regista a menor percentagem de empreendedores *early-stage*, apresentando um valor de apenas 0,8%;
- Cerca de 57% dos empreendedores *early-stage* angolanos viram na oportunidade, a principal motivação para a atividade empreendedora. Por sua vez, 38,8% dos empreendedores *early-stage* angolanos criaram negócios motivados pela necessidade. Os restantes 4,2% afirmaram existir uma combinação de motivações subjacente à criação de negócios;
- Em relação à distribuição da atividade *early-stage* por género, a proporção de empreendedores *early-stage* do sexo feminino correspondeu a 40,7% da população adulta feminina e a proporção de empreendedores *early-stage* do sexo masculino a 41,0% da população adulta masculina. Tal revela uma mudança de paradigma relativamente ao ano de 2016, uma vez que nesse ano a

proporção de empreendedores *early-stage* do sexo masculino (34,5%) era inferior à de empreendedores *early-stage* do sexo feminino (35,9%);

- A faixa etária entre os 25 e os 34 anos é a que regista a maior incidência de atividade empreendedora *early-stage* em Angola (TEA de 51%);
- Relativamente ao receio de falhar, observou-se uma descida de 1,3%, comparativamente a 2016. Em termos globais, apenas 19,3% dos angolanos consideram que o receio de falhar constitui um fator desmobilizador para a iniciação de um negócio;
- O nível de escolaridade onde se regista a maior incidência de atividade empreendedora *early-stage* é o Ensino Secundário com uma TEA de 46,4%;
- Outra informação importante é que 38,5% dos empreendedores *early-stage* desistiram do negócio por problemas em obter financiamento, enquanto 25,8% o fizeram porque o negócio não era lucrativo.

A observação dos dados recolhidos permite evidenciar um aumento da taxa TEA, de 21,5% em 2014 para 40,8% em 2018, o que apesar da desaceleração comparativamente com 2014 e 2016 representa um aumento significativo da proporção de empreendedores *early-stage* por cada 100 indivíduos em idade adulta em Angola (figura 2).

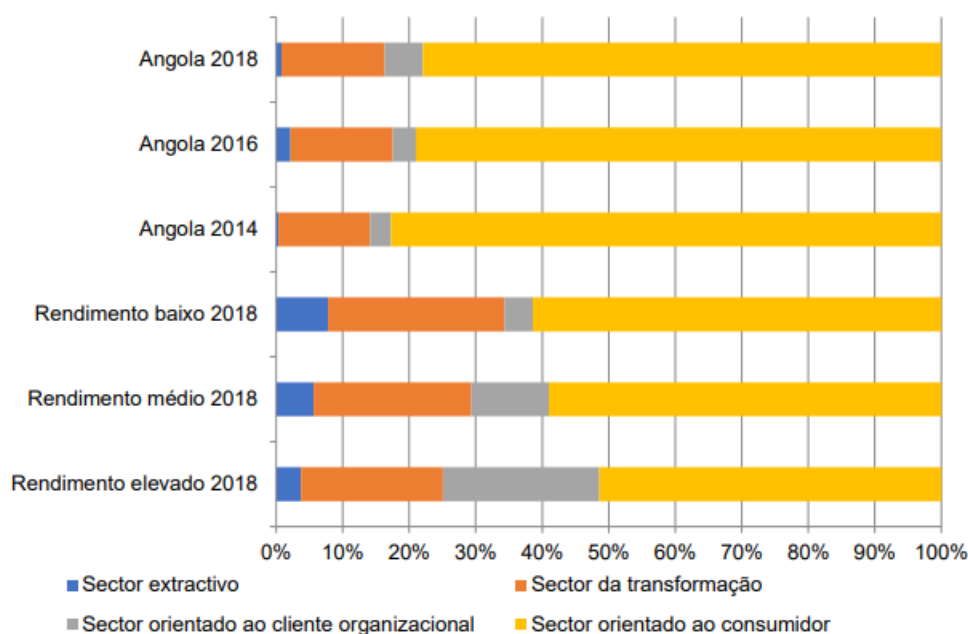
Figura 3 - Taxa TEA em Angola e nos diferentes tipos de economias



Fonte: GEM (2020, p. 15)

Ainda segundo dados do GEM Angola 2018/2019 o sector com maior percentagem de atividade empreendedora *early-stage* foi o sector orientado ao consumidor com 77,9%, que inclui todos os negócios direcionados para o consumidor final, como retalhista, bares, restaurantes, alojamento, saúde, educação, lazer, entretenimento, entre outros, seguido do sector da transformação com 11,5%, do sector orientado ao cliente organizacional 5,7% e do sector extrativo com 0,8%.

Figura 4 - Distribuição da atividade empreendedora por sector de atividade em Angola e nos diferentes tipos de Economias



Fonte: GEM (2020, p. 15)

Os valores obtidos pelo GEM Angola 2018/2019 e acima referenciados revelam um padrão de sociocultural bastante empreendedor. Na realidade, qualquer indivíduo, em algum momento da sua vida, pode encontrar uma oportunidade ou necessidade de criação de negócio. A capacidade de agarrar essa oportunidade e transformá-la num negócio lucrativo, depende de um conjunto de fatores, mas também de motivação e competências.

Capítulo 4 – Legislação e Medidas de Apoio às MPME

De acordo com a Lei 30/11 de 13 de setembro a classificação da tipologia de Micro, Pequenas e Médias Empresas, é efetuada tendo em consideração dois critérios: o número de trabalhadores efetivos e o volume de faturação total anual, sendo este último prevalece sempre que for necessário decidir sobre a classificação das mesmas.

De acordo com este diploma consideram-se:

- a) Microempresas (MC), aquelas que empreguem até 10 trabalhadores e/ou tenham uma faturação bruta anual não superior em Kwanzas ao equivalente a USD 250 mil;
- b) Pequenas empresas (PQ), aquelas que empreguem mais de 10 e até 100 trabalhadores e/ou tenham uma faturação bruta anual em Kwanzas superior ao equivalente a USD 250 mil e igual ou inferior a USD 3 milhões;
- c) Médias empresas (MD), aquelas que empreguem mais de 100 até 200 trabalhadores e/ou tenham uma faturação bruta anual em Kwanzas superior ao equivalente a USD 3 milhões e igual ou inferior a USD 10 milhões. Para o cálculo só são considerados trabalhadores, as pessoas com contrato de trabalho, registados na Segurança Social, e que tenham trabalhado na empresa durante pelo menos seis meses seguidos.

Sobre as medidas de apoio às empresas e ao empreendedorismo, as mesmas fazem parte da política de apoio às MPME, a qual integra programas de incentivos fiscais e financeiros, organizacionais, de criação, de desburocratização e simplificação do acesso a incentivos e apoios. O acesso a apoios e incentivos fiscais só é permitido a empresas legalmente constituídas e com a situação fiscal regularizadas.

No âmbito dos apoios e incentivos destaca-se a nova moldura jurídica de suporte à atividade económica que não se esgota só na lei do investimento e o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 169/18 de 20 de julho.

Apesar da Pandemia COVID-19 e dos efeitos que a mesma tem tido na economia Angolana, de acordo com as notícias divulgadas pelo Instituto Nacional de Apoio as Micro,

Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) o ano de 2020 fica registado como encorajador para o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), dado que foram submetidos 1.199 projetos dos quais 661 (52,88%) projetos foram aprovados com financiamento bancário na ordem dos 470 mil milhões de kwanzas e terão permitido a criação de 54.241 empregos e um aumento do volume de negócios nas empresas na ordem dos 727 mil milhões de kwanzas. Em termos de sectores a liderança foi obtida pela agricultura com 304 projetos aprovados, seguida do comércio e distribuição com 180 projetos e da indústria transformadora com 69 projetos. Este programa tem como missão acelerar o desenvolvimento e a expansão do sector não petrolífero, através da melhoria do ambiente de negócios do país, do aumento da produtividade, da melhoria do ambiente concorrencial e da captação de mais investimento estrangeiro. Os principais pilares assentam na:

- a) substituição de importações com ênfase no desenvolvimento de cadeias de valor e incentivo ao envolvimento do sector privado no agronegócio;
- b) promoção e diversificação das exportações no sector não petrolífero;
- c) criação de um ambiente de negócios propício ao desenvolvimento do sector privado e atracção de investimentos e participação do sector privado na economia;
- d) desenvolvimento de infraestrutura;
- e) desenvolvimento do capital humano (PRODESI, 2021).

Os benefícios fiscais e aduaneiros são concedidos aos projetos de investimento privado, em função do regime de investimento em que estão enquadrados e da zona. Atualmente, os investimentos podem ser realizados em todo o território nacional, estando o país dividida em quatro zonas de desenvolvimento. A Zona A, corresponde à Província de Luanda e aos municípios-sede das províncias de Benguela, Huíla e o município do Lobito; a Zona B engloba a Províncias do Bié, do Bengo, do Cuanza-Norte, do Cuanza-Sul, do Huambo, do Namibe e restantes municípios das províncias de Benguela e da Huíla; a Zona C é representada pelas Províncias do Cuando-Cubango, do Cunene, da Lunda-Norte, da Lunda-Sul, de Malange, do Moxico, do Uíge e do Zaire e por último Zona D que corresponde à Província de Cabinda. A zona A é a que tem menores benefícios e a zona C a que tem

maiores benefícios. A zona D, tem um regime especial, dado que existem graus de desenvolvimento diferentes entre os municípios (PRODESI, 2021). O regime de declaração prévia aplica-se aos investimentos privados realizados fora dos sectores considerados prioritários, para efeitos da lei do investimento privado (tabela 1).

Tabela 1 - Benefícios do Regime de Declaração Prévia

Prazo	2 Anos
Impostos	Redução Percentual
Industrial	20%
Selo	50%
Aplicação de Capitais	25%

Fonte: PRODESI (2021)

O regime especial aplica-se aos investimentos efetuados nos sectores de atividade prioritários em função da zona de desenvolvimento (tabela 2).

Tabela 2 - Benefícios do Regime Especial

Zonas e Prazo	A 2 Anos	B 4 Anos	C 6 Anos	D 6 Anos	Outros Benefícios Zonas B, C e D
Impostos	Redução Percentual				
Industrial	20%	60%	80%	40%	Redução em 50% por 1 período de 4 anos das taxas de Amortizações e Reintegrações.
Aplicação de Capitais	25%	60%	80%	40%	
Predial Urbano	n/a	50%	75%	37,5%	
Imposto de Sisa	50%	75%	85%	42,50%	

Fonte: PRODESI (2021)

Para aliviar os efeitos da Pandemia COVID-19, o Governo Angolano disponibilizou linhas de crédito, reduziu a burocracia, permitiu o deferimento do pagamento da contribuição para a Segurança Nacional sem cobrança de juros e atribuiu um crédito fiscal de 12 meses para as empresas sobre o valor do IVA a pagar na importação de bens de capital e matéria-prima para a produção dos 54 bens da Cesta Básica (BCSA Advogados, 2022).

Apesar do agravamento do número de casos no final do ano de 2021 e do aumento das restrições à mobilidade, o Produto Interno Bruto (PIB) de Angola aumentou 0,8 por cento no terceiro trimestre de 2021, interrompendo nove trimestres de quedas sucessivas (Lusa, 2022). Em termos globais o desempenho do sector agrícola, o aumento do preço do petróleo e dos

minérios, trouxeram sinais de otimismo para a recuperação da economia angolana. No entanto, o descontentamento dos sectores mais afetados pelas medidas de combate à Pandemia COVID-19, restauração, hotelaria, entretenimento, transportes, cultura e ensino, têm subido de tom, e originado um conjunto de greves (Lusa, 2022).

Para apoiar o sector do turismo, como afirmou Filipe Zau, ministro da Cultura, Turismo e Ambiente em 2022, o Fundo do Ambiente será transformado em Fundo da Cultura, Turismo e Ambiente para fomentar a atividade turística, atribuindo especial relevo ao turismo interno (Jornal de Angola, 2022).

Capítulo 5 – Caracterização do sector do Turismo de Angola

O turismo tem sido apontado como uma atividade extremamente importante como catalisador de desenvolvimento e crescimento económico, principalmente, em determinadas regiões com poucas alternativas em outras áreas económicas.

Como referem Martins e Morais (2016), os conceitos de crescimento económico e de desenvolvimento económico, estão intimamente relacionados. Ou seja, não teremos desenvolvimento sem crescimento económico, assim como o crescimento económico só será relevante permitir e contribuir para o desenvolvimento económico.

No caso de Angola, e contrariamente à tendência mundial de aumento sustentado quer em número de turistas, quer em volume de receitas, o peso do turismo no PIB do país é bastante reduzido não atingindo 1% em 2018. “Esta situação é tanto mais grave quanto os países da região apresentam todos uma contribuição do turismo no PIB bastante superior a Angola” (Ferreira, 2020, p.10). Neste contexto é interessante destacar que na sequência da realização do Campeonato Africano das Nações (CAN) em 2010, em quatro províncias, o governo angolano, realizou um conjunto importante de infraestruturas, nas cidades onde se iam realizar jogos, e também foram construídos hotéis, para alojar as equipas, as suas estruturas, os adeptos e os turistas. No entanto, e apesar de Angola à data estar a tentar ser mais assertiva, nas políticas e na diversificação das atividades económicas, para reduzir a dependência do petróleo, a falta de planeamento era uma constante, com todos os inconvenientes inerentes, tendo sido criado um Plano Diretor do Turismo 2011/2020. Este plano identificou um défice de oferta a vários níveis, nomeadamente, um quadro legal desatualizado, falta de informação sistematizada sobre as estruturas e infraestruturas existentes, recursos e potencialidades, bem como, a inexistência de uma visão estratégica de aproveitamento integrado das dinâmicas do Turismo (Ministério da Hotelaria e Turismo, 2011a). Por conseguinte, o Plano Diretor do Turismo, deve ser encarado como um instrumento pelo qual a província, e o próprio município, planeia o desenvolvimento sustentável especificando as diretrizes, programas e projetos que vislumbra para o futuro próximo (Bandeira, 2014).

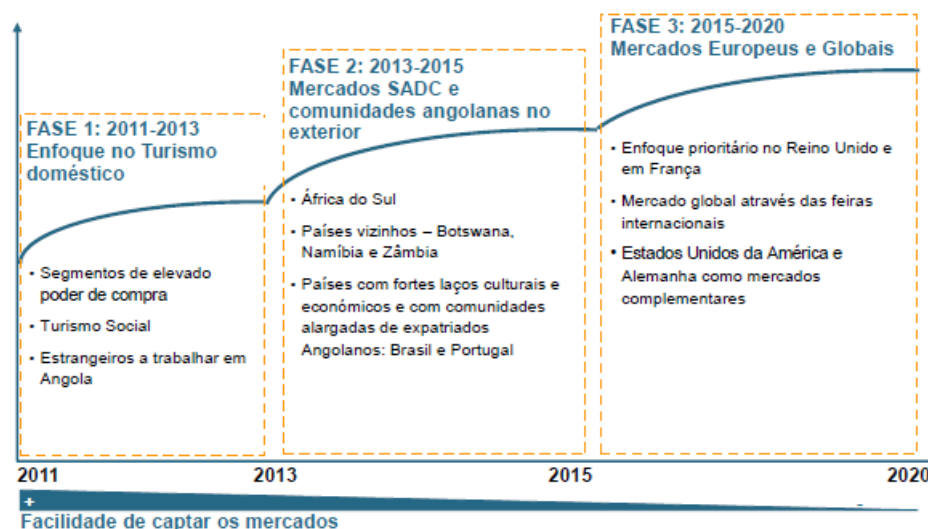
De acordo com o Programa PARTENON, incorporado no Plano Diretor Angola deveria começar por se focar no mercado doméstico, priorizando os restantes mercados com elevado potencial em função da proximidade física e cultural. Esta visão conduziu à definição

de três fases:

- a) Fase 1: de 2011-2013 mais dedicada ao Turismo Doméstico,
- b) Fase 2: 2013-2015 com destaque para os Mercados SADC e comunidades angolanas no exterior,
- c) Fase 3: 2015-2020 mais alargada e com enfoque nos Mercados Europeus e Globais (Ministério da Hotelaria e Turismo, 2011b).

Na figura 5, apresentam-se as três fases de captação de turistas e respetivos mercados.

Figura 5 - Fases de captação de turistas e respetivos mercados



Fonte: Ministério da Hotelaria e Turismo (2011b, p.6)

Apesar das expectativas e previsões muito otimistas, sobre o número de chegadas de turistas em 2020, a diminuição do turismo em Angola é especialmente visível de 2013 para a frente. A tabela 1, apresenta o volume de chegadas internacionais de turistas, as receitas de Turismo em 2010, 2017 e 2018 e respetivas variações. Como evidenciam os dados apresentados, Angola regista valores muito baixos de captação de turistas internacionais e de receitas. Em 2018, em termos de receitas gerados pelo turismo em África, Angola apesar da sua dimensão apenas conseguiu atingir 1,4% (Ferreira, 2020).

Tabela 3 - Chegadas Internacionais de Turistas e Receitas de Turismo em África e Angola

	Número (1000)			Var. (%) 2017/2016	Quota (%) 2018	Receitas (milhões USD)			Quota (%) 2018
	2010	2017	2018			2010	2017	2018	
África	50.426	62.727	67.118	7	100	30.447	36.400	38.395	100
África Subariana	30.743	41.061	43.260	5,5	64,5	26.785	26.483	27.721	72,2
Angola	425	261	378	-34,3 (2019)	n.d.	719	880	544	1,4

Fonte: Adaptado de *World Tourism Organization* (2019, por Ferreira, 2020).

Como explica Ferreira (2020), quer o peso do turismo no PIB Angolano, quer o seu contributo para a criação de emprego, são relativamente baixos comparativamente como os seus pares e 70% do mercado turístico é assegurado por turistas internos, apesar do enorme potencial turístico de Angola. Outro dado importante é que a percentagem de investimento no turismo, quer privado, quer público é muito baixa, situando-se em 3% e 1,1% respetivamente em 2017 (Ferreira, 2020). Estes dois aspetos, podem ser, segundo o Programa PARTENON, contrariados através do crescimento do turismo doméstico, o qual poderá permitir criar uma massa crítica relevante para o sector, proporcionar a socialização da atividade e contribuir para o desenvolvimento e diversificação da oferta turística (Ministério da Hotelaria e Turismo, 2011b).

Ainda segundo o mesmo programa, Angola deverá criar uma imagem assente nas suas maiores vantagens competitivas: riqueza de recursos naturais e culturais e uma população jovem, divertida e dinâmica, e fomentar o Turismo Social através da criação de tarifas promocionais e alojamento barato e o Turismo de Negócios para os estrangeiros a trabalhar em Angola. A aposta no Turismo Social permite fomentar o desenvolvimento e inclusão social de classes sociais mais desfavorecidas, jovens, idosos ou pessoas com deficiências. Relativamente, ao Turismo de Negócios os expatriados devem ser considerados parte de um segmento prioritário dado o seu número, poder de compra e a vontade de conhecer melhor o país onde trabalham, ou trabalharam, vivem ou viveram.

Naturalmente, que face aos efeitos da Pandemia COVID-19, e dado que foi um dos sectores mais penalizados é expectável que se venham a registar algumas alterações ao nível da atividade internacional do Turismo, com efeitos nos mercados locais, nomeadamente, pelos diferentes mecanismos de apoio e políticas de recuperação das diferentes economias.

No quadro 3 e 4 apresentam-se as Vantagens e Potencialidades, e os Constrangimentos

identificados no Estudo da Cadeia de Valor do Sector do Turismo em Angola.

Quadro 3 - Vantagens e Potencialidades para o desenvolvimento e crescimento do Turismo

Vantagens e Potencialidades para o desenvolvimento e crescimento do Turismo
• Enorme potencial para atrair turistas estrangeiros e crescer no Turismo doméstico e dos expatriados. • Enorme variedade de recursos naturais que podem atrair novos tipos de turistas • Infraestruturas hoteleiras distribuídas pelo País, com níveis de atendimento de boa qualidade e elevado profissionalismo. • Grande potencial de desenvolvimento das praias, das atividades ligadas ao desporto e à aventura. • Enorme potencial de integração do Turismo junto das comunidades locais, incrementando o sector agrícola e piscícola como sectores de apoio ao Turismo.

Fonte: Adaptado de Ferreira (2020, p.10 e 11)

O esforço de desenvolvimento da oferta deverá focar-se nas potencialidades, no entanto, é essencial ter presente os constrangimentos, para que os mesmos possam ir sendo minimizados.

Quadro 4 – Constrangimentos para o desenvolvimento e crescimento do Turismo

Constrangimentos
• Pouca divulgação externa do destino, e, por conseguinte, existe algum desconhecimento por parte de muitos potenciais turistas. • Pouca capacidade da rede de internet em várias províncias, limitando a atração dos segmentos mais jovens. • A cultura encontra-se pouco explorada. • Escassez de voos e necessidade de melhoramento da rede de aeroportos e de criação de novos pontos fronteiriços. • Ausência de informação sobre acessibilidade aos monumentos e sobre a história local limitando a experiência turística. • Ausência de sinalética rodoviária bem como a existência de estradas em muito mau estado. • Pouco aproveitamento das vendas ambulantes para apoio ao Turismo. Será importante atrair essas pessoas para o mercado formal e integrá-las num processo de desenvolvimento apoiado pelo Turismo. • Um dos maiores constrangimentos decorre da política de vistos que é fortemente burocratizada e morosa, representando um desincentivo de deslocação para Angola em detrimento de outros destinos.

Fonte: Adaptado de Ferreira (2020, p.11)

No turismo, a capacidade de alojamento assume-se um aspeto crucial. Nesse sentido destacamos que em 2018, existiam 1.577 unidades, das quais 41% estavam localizadas em Luanda, 10% em Benguela e 10% em Huíla. Do total dos alojamentos, 42% eram classificados como hospedarias, 32% como pensões e 15% são hotéis (Ferreira, 2020). Em 2018, em termos de capacidade de quartos, existiam em 31.561, dos quais 42% estavam inseridos em hotéis (Ferreira, 2020).

Cumpra ainda destacar que existia uma grande sintonia entre as principais tendências globais do turismo que se registavam antes da Pandemia COVID-19 e as características e recursos de Angola (Ferreira, 2020). No entanto, e segundo Martínez, Clement, Bergman, Evilsizor e Mateu (2020) conforme a indústria começa a recuperar, a tipologia de viagens provavelmente será alterada, deverão emergir novos destinos preferenciais, e os processos de reserva também deverão sofrer alterações. Para estes autores, o cliente vai ser mais importante que nunca e a personalização e a perceção sobre a experiência, serão a chave, num mundo cada vez mais digital. E explicam que quando os clientes se sentem conhecidos e compreendidos, são mais leais e gastam mais, pelo que compete ao sector desenvolver produtos que vão ao encontro do que o consumidor de Turismo pretende.

Em termos de oportunidades para o sector do turismo, Angola, tem uma enorme variedade de recursos naturais, arqueológicos e culturais que podem ser aproveitados para criar um desenvolvimento sustentado, que privilegia a segurança como a componente mais significativa da era pós COVID-19 para agregar valor. Efetivamente, a Pandemia COVID-19 criou uma nova dimensão no produto turístico: segurança sanitária, e neste sentido o risco de contágio deve ser mínimo no consumo e produção da atividade turística (Toubes, Vila & Brea, 2021).

O facto de ser um dos destinos menos conhecidos de África, pode ser aproveitado como uma mais-valia muito relevante. No que concerne aos principais recursos com interesse turístico destacam-se em termos de Turismo Cultural: Luanda, M'Banza Congo, Lubango, N. Sr.^a da Muxima no Bengo, relativamente ao Turismo de Sol & Mar: Cabo Ledo no Bengo, Ilha do Mussulo em Luanda, Praias de Benguela/Lobito e Praias do Namibe, e para o Turismo de Natureza destacam-se as Quedas de Kalandula em Malange, a Bacia do Okavango no Kuando Kubango, o Parque da Kissama no Bengo, Deserto do Namibe, Pedras Negras de Pungo-Andongo - Malange, Serra da Leba e Fenda da Tundavala – Huíla, Floresta do Maiombe - Cabinda (Ministério da Hotelaria e Turismo, 2011b).

Para Bandeira (2017) o Dark Tourism que envolve visitar lugares associado à morte, ao sofrimento, tais como campos de batalhas, zonas de massacres, campos de concentração, prisões e zonas de desastres naturais, pode ser potenciado como um produto turístico. Em Angola, existe um número muito elevado de lugares que podem ser aproveitados para a dinamização deste turismo que, após devidamente classificado e devidamente salvaguardado pode incorporar um registo bastante rico para as atuais e futuras gerações, de turistas e

visitantes, mas também para as comunidades locais. Tendo em consideração o Plano Diretor para o Turismo, a revisão bibliográfica e o conhecimento sobre a realidade angolana, no quadro 5 apresenta um conjunto de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (*análise SWOT*).

Quadro 5 - Análise *SWOT*

Forças	Fraquezas
• Diversidade e riqueza de recursos naturais, arqueológicos e arquitetónicos. • Diversidade cultural • Estabilidade Política. • Turismo como prioridade estratégica do Governo Angolano. • Localização Geográfica de fácil acesso aos mercados Africanos e Europeus. • Gastronomia • Incentivos Fiscais e apoios Financeiros para o Turismo	• Insuficiência de Infraestruturas básicas para o Turismo • Insuficiência de casas de câmbio a nível nacional e regional. • Inexistência de uma moeda da União Africana. • Falta de Cursos de Ensino e Formação em Turismo. • Desconhecimento de idiomas como Inglês, Francês ou Alemão. • Falta de conhecimento sobre o Turismo Escuro.
Oportunidades	Ameaças
• Retoma da atividade turística • Recursos naturais muito pouco ou nada explorados. • Grande riqueza cultural e a diversidade étnica. • Desenvolvimento de Turismo Sol & Mar, de Turismo Cultural, de Turismo de Natureza, de Turismo Escuro, de Turismo de Eventos e de Turismo de Jogo.	• Aumento da troca de divisa no mercado informal. • Escassez de infraestruturas rodoviárias, de alojamento, comércio e prestação de serviços de saúde. • Dificuldades de Comunicação e Acesso à Internet. • Dificuldades logísticas de abastecimento de produtos essenciais. • Falta de fornecimento seguro de energia e água

Fonte: Elaboração Própria

De acordo com o Diretor do Instituto de Fomento do Turismo em Angola, Afonso Vita, urge implementar condições financeiras que apoiem a retoma da atividade turística a nível nacional, a qual atravessa prejuízos avultados, dado que cerca de 90% das empresas ligados ao Turismo estiveram encerradas na sequência das medidas de combate à pandemia COVID-19, sendo essencial criar condições para promover mais investimentos no sector (Paulo, 2021).

Para Manuel Bandeira, Professor Associado do ISCED de Benguela, apesar dos constrangimentos e limitações do sector do Turismo, os quais foram agravados pela Pandemia COVID-19, uma das grandes vantagens que Angola deve aproveitar ao máximo, é o facto da atividade turística ser ainda incipiente, se encontrar numa fase embrionária e possuir recursos turísticos virgens, espalhados por todo o país. Segundo, este especialista, a Estratégia

Nacional do Turismo Sustentável para Angola deve criar um Plano Diretor do Turismo Nacional, no qual cada a província, município ou comuna planifica o desenvolvimento sustentável do turismo, especificando o conjunto de diretrizes, programas e projetos numa visão de futuro, além da qualidade técnica. O documento deve ser elaborado com acompanhamento da população e vontade política do Governo provincial, municipal ou comunal, para que seja integrado e consensual (Faustino, 2021).

Capítulo 6 – Apresentação e Interpretação de Resultados

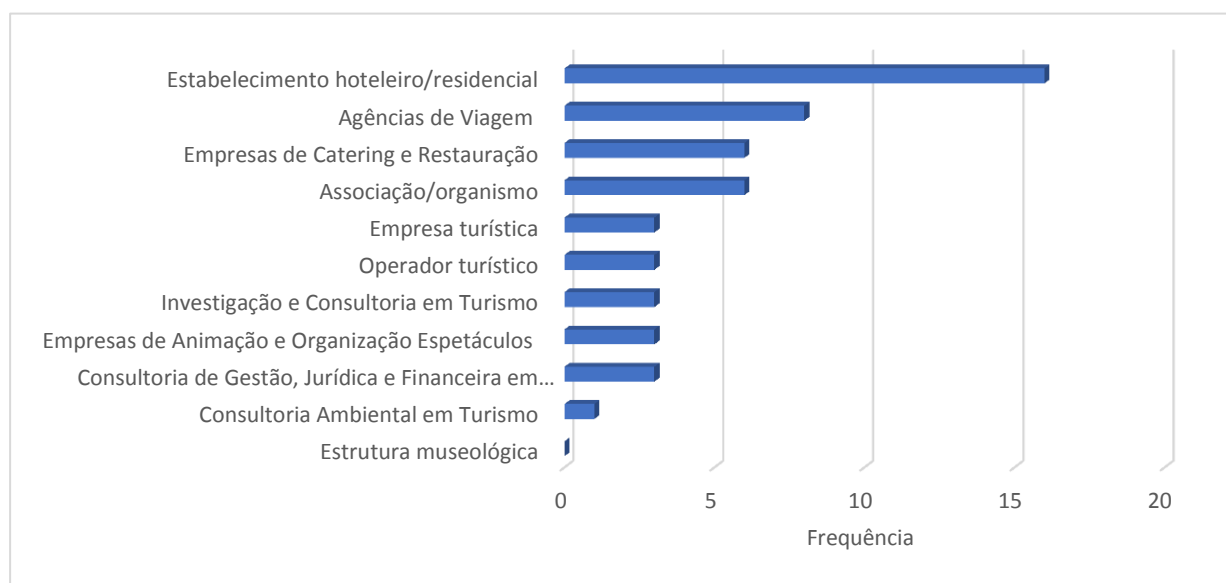
6.1 Abordagem Quantitativa

No que concerne à componente quantitativa, o questionário esteve online entre 10 de novembro de 2021 e 14 de fevereiro de 2022, tendo sido rececionadas e validadas 52 respostas. Todos os inquiridos validados apresentaram endereço eletrónico (questão 1), consideraram que estavam devidamente esclarecidos quanto aos objetivos do estudo e que a sua participação era voluntária (questão 2).

Todos os dados foram trabalhados em termos agrupados pelo que foi garantida a confidencialidade e anonimização.

A entidade mais representada (questão 3) foi o Estabelecimento Hoteleiro/residencial com 30,77 % (n=16), seguida das Agências de Viagens com 13,46% (n=7) e das Empresas de Catering e Restauração com 11,54% (n=6) (grafico1).

Gráfico 1 - Identificação das Entidades representadas pelos inquiridos



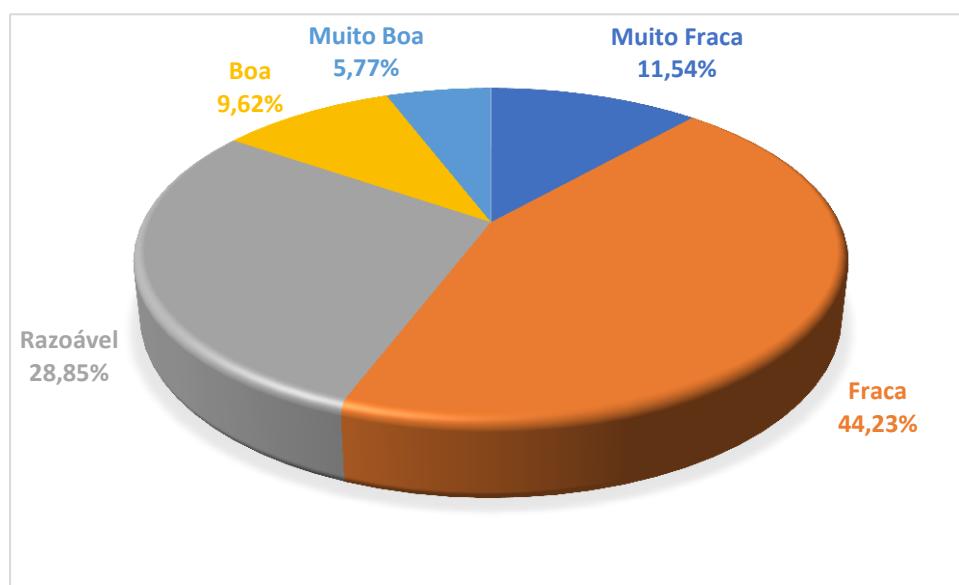
Relativamente, à atividade principal da organização, empresa ou instituição (questão 4), destaca-se o Alojamento, e os serviços prestados pelas Agências de Viagens.

Em termos de cargo dos inquiridos (questão 5) a maioria apresenta uma posição hierárquica que lhe confere conhecimento da própria organização, empresa ou instituição e do sector, e, por conseguinte, do percurso efetuado na gestão da Pandemia Covid-19. Os cargos mais frequentes são Diretor Geral, Diretor Executivo e Gerente com cerca de 27% (n=14), seguidos de Diretor Adjunto/Assessor 5,77% (n=3). No entanto, se considerarmos,

Administradores, Sócios e todos os Cargos de Direção e Subdireção, o que inclui os Diretores Técnicos, Financeiros, de Comunicação e Marketing e Country Manager Angola obtemos cerca de 55,7% (n=29).

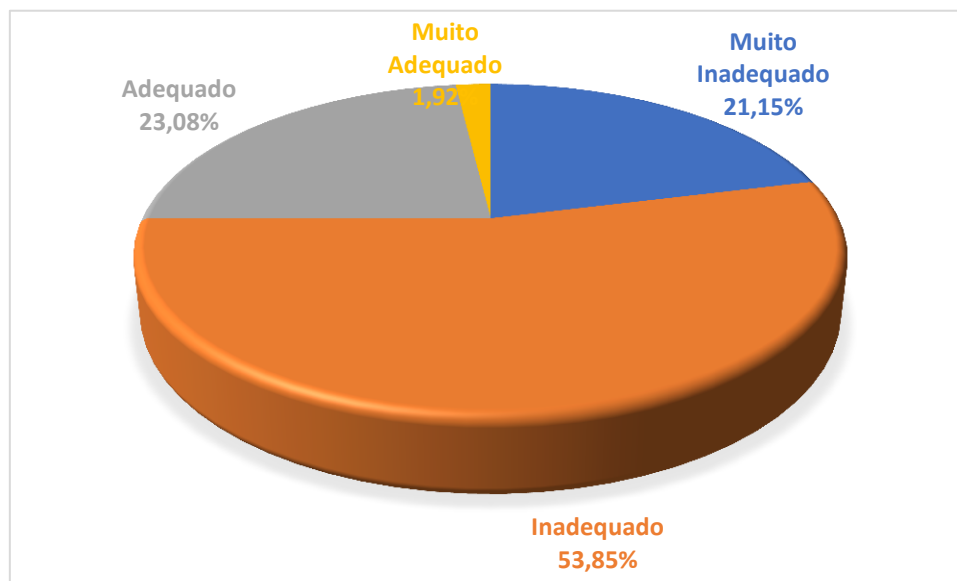
Em relação à questão 6 - *Como avalia a capacidade empreendedora no sector do Turismo antes da Pandemia COVID-19?* 44,23% (n=23) dos inquiridos, considera que a capacidade empreendedora do sector do turismo antes da Pandemia Covid-19 era fraca, a que acresce que para 11,54% (n=6) era muito fraca (gráfico 2).

Gráfico 2 - Como avalia a capacidade empreendedora no sector do Turismo antes da Pandemia COVID-19?



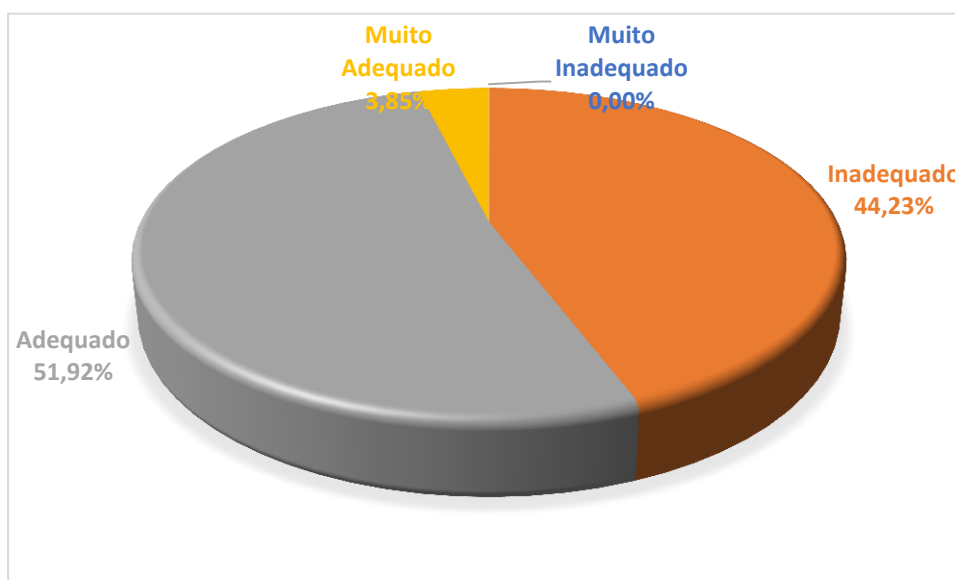
Tendo em consideração que com a Pandemia COVID-19 o sector do turismo foi um dos mais afetados, procurou-se conhecer qual a perceção dos inquiridos sobre o comportamento das autoridades através da questão 7 - *Como classifica o comportamento das autoridades na gestão da crise?* Em termos de resultados constatou-se que 53,85% (n=28) considera inadequado o comportamento das autoridades e que 21,15% (n=11) considera muito inadequado como evidencia o gráfico 3.

Gráfico 3 - Como classifica o comportamento das autoridades na gestão da crise?



Sobre o comportamento dos empresários do sector do turismo na gestão da crise, questão 8 - *Como classifica o comportamento dos empresários do sector do Turismo na gestão da crise?* para 51,92% (n=2) dos inquiridos o mesmo foi adequado, a que acresce 3,85% (n=3) que considera Muito Adequado (gráfico 4).

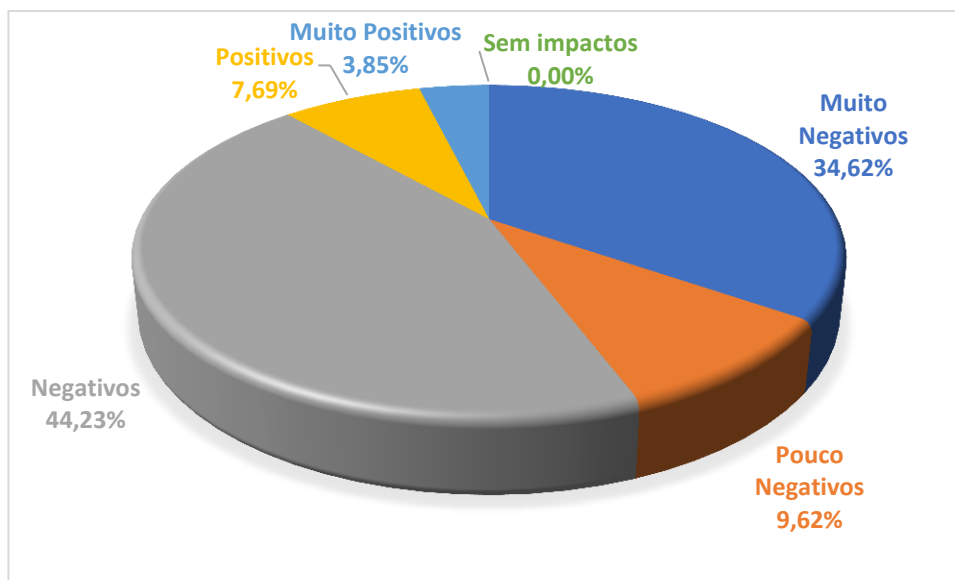
Gráfico 4 - Como classifica o comportamento dos empresários do sector do Turismo na gestão da crise?



No que concerne à questão 9 - *Na sua organização, empresa ou instituição como*

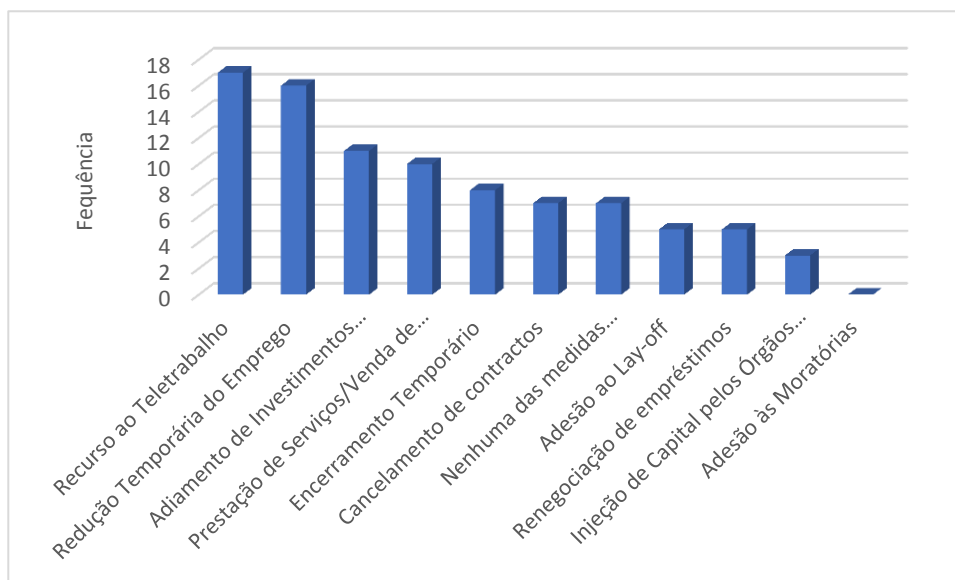
caracteriza os efeitos gerados pela Pandemia COVID-19? para 44,23% (n=23) dos inquiridos os efeitos foram negativos e para 34,62% (n=18) muito negativos (gráfico 5).

Gráfico 5 - Na sua organização, empresa ou instituição como caracteriza os efeitos gerados pela Pandemia COVID-19?



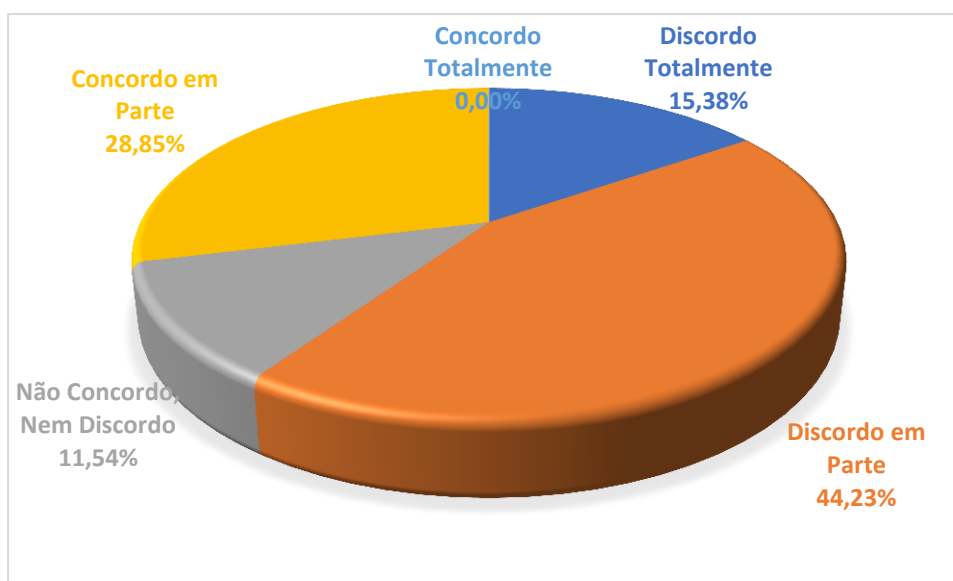
Em relação à questão 10 - *Das seguintes opções quais foram adotadas pela organização, empresa ou instituição que representa, na gestão da Pandemia COVID-19?* verifica-se que a medida mais utilizada foi o teletrabalho (32,69%; n=17), seguida da redução temporária do emprego (30,77%; n=16) e do adiamento de investimentos previstos (21,15%; n=11). A medida menos utilizada foi a injeção de capital pelos Órgãos Sociais (5,77%; n=3). O pedido de Moratórias não foi utilizado por nenhum dos inquiridos. 13,46% (n=7) dos inquiridos não adotaram nenhuma das medidas mencionadas (gráfico 6).

Gráfico 6 - Opções adotadas pela organização, empresa ou instituição que representa, na gestão da Pandemia COVID-19?



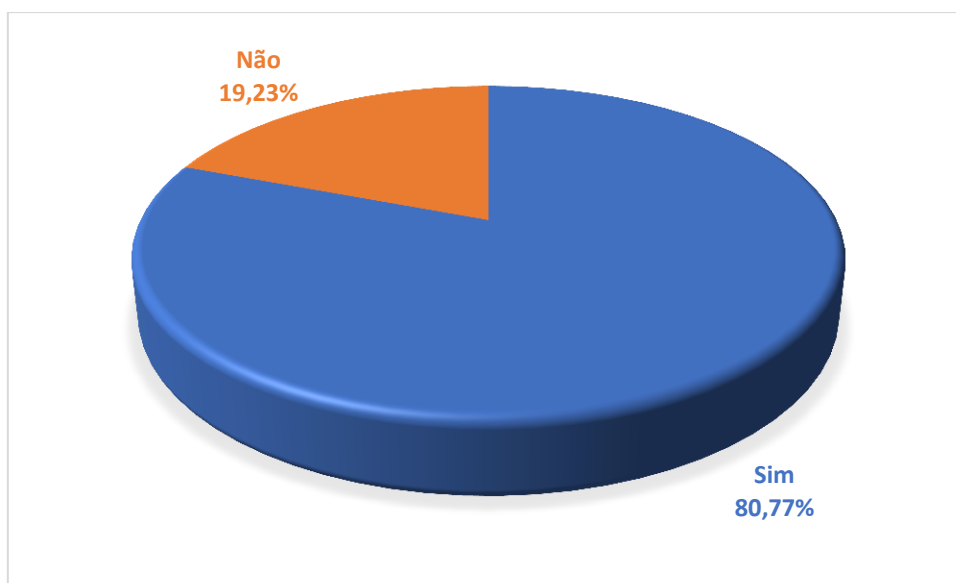
Sobre a questão 11- *Qual o seu grau de concordância em geral com as medidas de apoio ao sector do Turismo?* 15,38% (n=8) discordaram totalmente e 44,23% (n=23) discordaram em parte, apenas 28,85% (n=15) concordam em parte (gráfico 7).

Gráfico 7 - Qual o seu grau de concordância em geral com as medidas de apoio ao sector do Turismo?



No que concerne à questão - *Considera que as medidas de apoio ao sector são insuficientes para apoiar a recuperação?*, os resultados obtidos são bastante expressivos com 80,77% (n=42) dos inquiridos a considerar as medidas como insuficientes (gráfico 8).

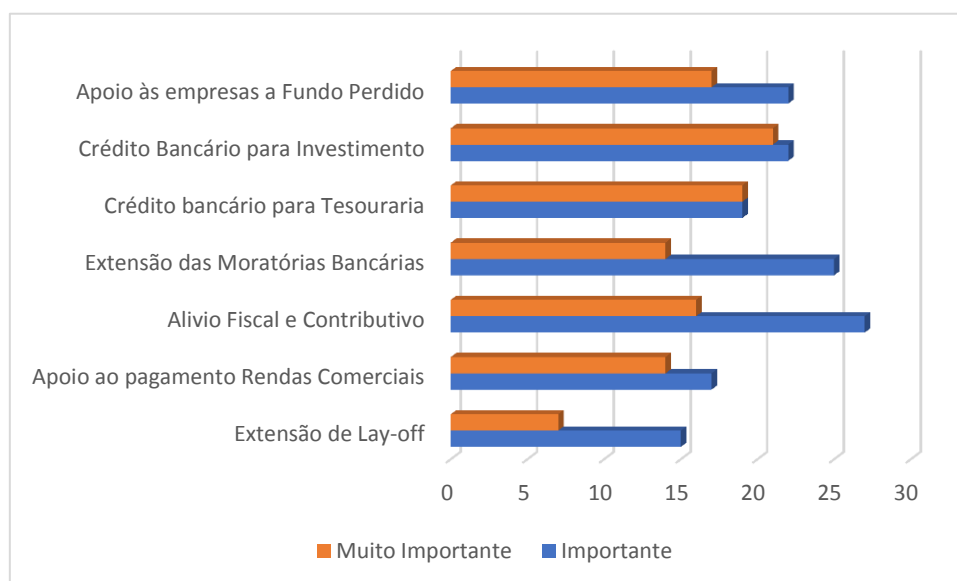
Gráfico 8 - Considera que as medidas de apoio ao sector são insuficientes para apoiar a recuperação?



Para uma melhor compreensão do tema em estudo, procurou-se conhecer o grau de importância que cada inquirido atribui a diferentes medidas para impulsionar o empreendedorismo das MPME de Turismo em Angola, tendo-se observado um grande destaque em grau de importância para o alívio fiscal e contributivo (82,69%; n=43) e para o crédito bancário para investimento (80,69%; n=43). Apesar de nenhum dos inquiridos ter utilizado o recurso às Moratórias na verdade reconhecem a importância de as mesmas serem prolongadas no tempo.

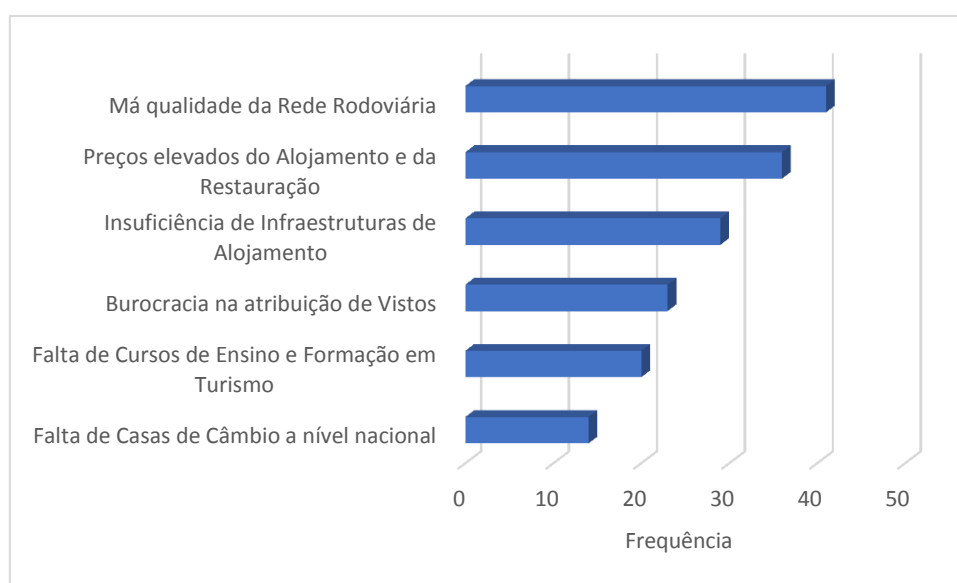
No gráfico 9, apresenta-se os resultados para o grau importante e muito importante para cada uma das questões apresentadas.

Gráfico 9 - Grau de importância que atribui a cada uma das medidas para impulsionar o empreendedorismo das MPME de Turismo em Angola?



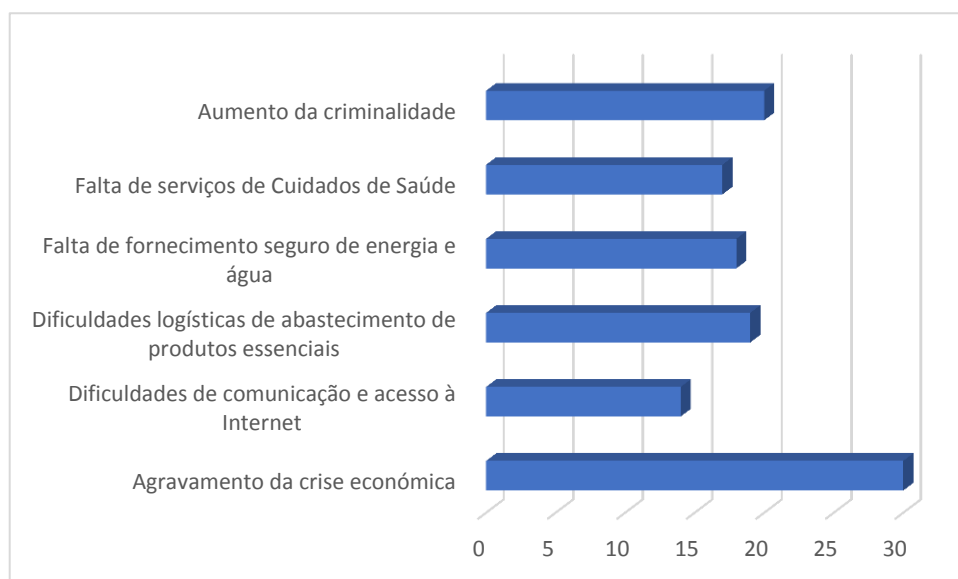
Na questão 14, na continuidade de procurar aprofundar sobre a opinião dos inquiridos, sobre as principais debilidades no desenvolvimento do Turismo em Angola - *Na sua opinião quais são as principais debilidades que não permitem um maior desenvolvimento do Turismo em Angola nos próximos 3 anos? (escolha no máximo 3 opções)* observou-se que 78,85% consideram a má qualidade da rede rodoviária.

Gráfico 10 -Na sua opinião quais são as principais debilidades que não permitem um maior desenvolvimento do Turismo em Angola nos próximos 3 anos?



Por último, mas não menos importante procurou-se recolher informação sobre as principais ameaças ao desenvolvimento do sector com a questão - *Na sua opinião quais são as principais ameaças para um maior desenvolvimento do Turismo em Angola nos próximos 3 anos? (escolha no máximo 3 opções)* tendo 84,62% dos inquiridos destacada o agravamento da crise económica e 55,77% o aumento da criminalidade (gráfico 11).

Gráfico 11 - Identificação das principais ameaças para um maior desenvolvimento do Turismo em Angola nos próximos 3 anos



Em termos de contributos dos inquiridos é interessante destacar a preocupação em terem contribuído para o aumento do conhecimento. De um modo geral os inquiridos reconhecem a importância e as potencialidades do turismo, mas estão preocupados com a má imagem e a criminalidade em Angola. Um dos inquiridos afirma que “o governo precisa de construir a Marca Angola e deve apostar na promoção de atrativos turísticos que o diferenciem de outros países africanos”. Outra das preocupações manifestadas refere-se à fraca cobertura de internet.

6.2 Abordagem Qualitativa

Foram realizadas três entrevistas uma ao Dr. Dinis Magalhães Quicassa, Diretor Nacional de Estruturação e Desenvolvimento Turístico - Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente; ao Dr. Carlos Rosado de Carvalho, jornalista, economista, professor na Universidade Católica de Luanda e Diretor do jornal Expansão; e ao Dr. Hilário Sebastião Domingos Buba, Chefe de Departamento do Turismo do Gabinete Provincial da Cultura, Turismo e Juventude e Desportos do Governo da Província de Luanda.

Sobre a pergunta, *como caracteriza a capacidade empreendedora no sector do Turismo antes da Pandemia Covid-19?* o Dr. Dinis Quicassa, explicou que antes da Pandemia Covid-19, o empreendedorismo ligado ao sector do Turismo era caracterizado como sendo muito dinâmico, onde era sobressalente as iniciativas ligadas a atividade de restauração e similares e das agências de viagens. Relativamente ao sector do alojamento o seu crescimento era mais lento, provavelmente, devido ao elevado investimento que carece.

Relativamente, às perguntas, *com a Pandemia Covid-19 o sector do Turismo foi um dos mais afetados, como classifica o comportamento das autoridades na gestão da crise? E dos empresários do sector?* segundo o entrevistado as autoridades não foram capazes de dar resposta imediata a crise ligada a Pandemia Covid-19, pois, muitas empresas do sector foram atingidas pela crise, mas poucas beneficiaram diretamente de apoios. As medidas de apoio (microcrédito) aprovadas pelo Estado foram muito generalistas à atividade económica (agricultura, pescas, comércio, etc.) e visavam sobretudo acautelar escassez no fornecimento de produtos da cesta básica. Os empresários foram bastante resilientes e procuram sobreviver a crise, baixando os custos de exploração, nomeadamente, através da redução de pessoal. Infelizmente muitas empresas acabaram por não resistir, com ênfase para as agências de viagens que se viram obrigadas a fechar as portas. Estas eram essencialmente, vendedoras de bilhetes de passagens, aquelas que reinventaram-se apostando no Turismo interno conseguiram sobreviver e encontrar novas oportunidades de negócio.

Em relação às perguntas *concorda com as medidas de apoio ao sector? Acha que são suficientes para apoiar a recuperação?* o entrevistado respondeu que não e explicou que as medidas aprovadas não permitiram impedir o encerramento de centenas de empresas ou pelo

menos e consequentemente a perda de milhares de empregos. Apesar do grande esforço empreendido pelo ministério que tutela o sector do Turismo, envolvendo as associações e empresas ligadas ao ramo para aprovação de medidas de apoio ao sector, não foi possível aprová-las no exercício económico de 2021, somente em 2022 é que algumas serão adotadas pelos ministérios da economia, finanças, segurança social e outros, não tendo sido aprovado um pacote único conforme pretensão.

De seguida perguntou-se sobre *quais as medidas que considera mais adequadas para impulsionar o empreendedorismo das MPME de Turismo em Angola?* tendo o entrevistado salientado como medidas que considera mais adequadas para impulsionar o empreendedorismo das MPME de Turismo em Angola, são:

- Melhoramento dos mecanismos de desburocratização do processo de abertura de empresas;
- Disponibilização de linhas de créditos;
- Simplificação do processo de licenciamento da atividade turística;
- Capacitação dos empreendedores da Micro e Pequenas empresas;

Por último o entrevistado foi questionado sobre *quais considera os principais constrangimentos a um maior desenvolvimento do Turismo em Angola nos próximos 3 anos?* tendo afirmado que dos principais constrangimentos para um maior desenvolvimento do Turismo em Angola, destacam-se:

- Não priorização do Turismo de facto, como pilar para diversificação da economia nacional;
- Exiguidade ou inexistência de orçamentos que suportam execução dos programas e projetos estruturantes do sector;
- Ambiente de negócios pouco encorajador para atração de investimento privado estrangeiro;
- Falta de apoio a iniciativa privada;
- Inexistência de um plano de formação e capacitação profissional.

No que concerne ao Dr. Carlos Rosado de Carvalho, questionado *como caracteriza a capacidade empreendedora no sector do Turismo antes da Pandemia Covid-19?* o mesmo gentilmente explicou que “a capacidade empreendedora no Turismo é limitada como acontece de uma maneira geral em Angola. Angola depois da Independência adotou um regime de economia socialista/comunista com a nacionalização de todos os meios de produção e, portanto, os poucos empresários que vieram do tempo colonial não tiveram naturalmente hipótese nenhuma vencerem com o tipo de regime instalado. Portanto, o regime destruiu os poucos empresários de havia. Depois com as primeiras eleições e adoção de uma economia de mercado iniciou-se a criação de grupos empresariais com base na teoria da acumulação primitiva de capital e portanto, criou-se uma elite rica, mas que de empresários têm muito pouco e o resultado que nós temos, não sendo empresários, mas mais “empresários” que viveram à conta do dinheiro do Estado, e que criaram empreendimentos à conta do Estado, investimentos esses que na maioritariamente estão na falência, mas os empresários estão ricos com dinheiro, muito dinheiro no estrangeiro. E, portanto, é preciso criar de facto uma classe empresarial, e essa classe empresarial vai naturalmente, demorar muito tempo a ser criada. Isto é o que nós esperávamos que aconteça.

Relativamente à questão, *com a Pandemia Covid-19 o sector do Turismo foi um dos mais afetados, como classifica o comportamento das autoridades na gestão da crise? E dos empresários do sector?* segundo o Dr. Carlos Rosado de Carvalho, em Angola podemos dizer que praticamente não houve medidas de apoio aos empresários em geral e aos empresários do Turismo em particular, portanto não são conhecidos apoios para além de algum adiamento no pagamento dos impostos. Talvez possa ser essa a única medida que beneficiou os empresários do Turismo. Aliás os empresários do Turismo queixam-se muito da falta de apoios e não apenas os empresários de Turismo, mas todos os empresários porque Angola talvez por não ter espaço fiscal, eu diria mesmo que talvez tenha sido dos países do mundo onde efetivamente houve menos apoio à classe empresarial e, portanto, as empresas do sector foram sobrevivendo como podiam mas há taxas de falências que são de números enormíssimos, eu cito de cor é preciso fazer uma pesquisa na internet talvez, houve notícias que falavam em falências que iam a mais de setenta por cento. Sorte que o que o sector teve foi que com a pandemia e estou-me a referir sobretudo aos hotéis com a pandemia e as quarentenas obrigatórias, alguns hotéis conseguiram sobreviver basicamente com base nessas quarentenas de sector petrolífero, mas não só. Portanto, para vários hotéis, que são relativamente poucos, e

os poucos que sobreviveram, foi exatamente com esta situação de combate à pandemia, através das quarentenas, que lhes permitiu que se mantivessem abertos e gradualmente até ganharem dinheiro.

Sobre a questão, *concorda com as medidas de apoio ao sector? Acha que são suficientes para apoiar a recuperação?* o Dr. Carlos Rosado de Carvalho, explica que como referiu anteriormente, não houve propriamente medidas de apoio ao sector excetuando o adiamento do pagamento de alguns impostos, não se conhece outro tipo de apoios, agora no orçamento geral do estado para 2022 há uma medida que consiste na redução da taxa do IVA de 14 para 7%, mas para que as empresas beneficiem desta redução existe um conjunto de exigências, nomeadamente, terem os imóveis todos afetos à atividade, todos registados nas finanças, terem os carros também registados nas finanças, não deverem impostos e portanto, são condições que num sector muito penalizado pela crise, não sei se haverá muitas empresas a preencher todos os requisitos. Eu acredito que a maior parte das empresas do sector da restauração devam dinheiro ao fisco, devam impostos. Portanto, não estou muito a ver como isso pode acontecer, enfim, mas a redução de facto do IVA pode se aplicada, contribuir para aliviar ou para mitigar a crise no sector do Turismo.

Em relação à questão, *quais as medidas que considera mais adequadas para impulsionar o empreendedorismo das MPME de Turismo em Angola?* o Dr. Carlos Rosado de Carvalho, entendo que as medidas para o sector do Turismo, ou para apoiar o empreendedorismo no Turismo e sobretudo entre as pequenas e médias empresas, não são muito diferentes de outros sectores de atividade e acho que a primeira medida, é a melhoria do ambiente de negócios, porque no fundo, é um mau ambiente de negócios que está na origem dos principais gargalos ao empreendedorismo em Angola. Portanto, nós estamos a falar de melhorar o ambiente de negócios é o quê? É melhorar nomeadamente a burocracia, é reduzir a burocracia, é construir também infraestruturas, essas medidas são validas não apenas para o sector do Turismo, mas para todos os sectores. Há outro aspeto também que é muito importante e que é sempre referido pelos empresários e que tem a ver com o crédito. O crédito em Angola é perfeitamente residual, os bancos preferem comprar títulos da dívida pública e fazer operações cambiais para ganharem dinheiro do que fazer aquilo que é a sua atividade tradicional que é ganharem dinheiro com o financiamento da economia. Agora sobre esta questão do crédito também é um pouco como os casamentos, a culpa não será seguramente apenas dos bancos. Os bancos também se queixam que não têm

projetos bancáveis em todos os sectores e também no sector do Turismo. Portanto é preciso também que os empresários se abram mais e prestem mais contas e que estejam disponíveis para dar mais informação aos bancos, porque é justamente o problema da assimetria da informação que faz com que não haja crédito. Portanto os empresários podem melhorar aí muito e o estado aqui também pode ajudar. O INAPME, Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas já está a fazer que é também dar formação aos empresários do sector.

Por último e sobre *quais considera os principais constrangimentos a um maior desenvolvimento do Turismo em Angola nos próximos 3 anos?* o Dr. Carlos Rosado de Carvalho explicou que devemos dividir o Turismo interno do Turismo internacional. Relativamente ao Turismo interno, o qual considera que é a quele em que se deveria apostar mais, refere que Angola tem um problema muito grande que é a falta de poder de compra dos angolanos e salienta que nos últimos anos os salários têm estado praticamente estagnados e com uma inflação elevada, sobra muito pouco dinheiro para fazerem Turismo. Não é que os preços estejam elevados, sobretudo se fizermos a conversão para dólares, o que acontece é que os angolanos ganham pouco, e depois relativamente aqueles angolanos que têm até possibilidades as principais dificuldades que têm de fazer Turismo em Angola, tem muitas vezes haver com os transportes, não é fácil, as ligações aéreas são muito más, as ligações por estrada, também estão cada vez piores e isso obviamente que dificulta o Turismo. E depois temos também as questões relacionadas com a qualidade do Turismo, muitas vezes até com locais muito bonitos, mas depois falta a qualidade do serviço, que deixa muitas vezes a desejar em Angola e, portanto, desse ponto de vista até uma medida que é necessária é apostar na formação dos trabalhadores do sector do Turismo. Já relativamente ao Turismo externo, que também é muito insipiente, praticamente não existe, temos fundamentalmente, Turismo de negócios, mas aí eu creio que um dos principais gargalos tem haver com as questões dos vistos, a situação melhorou bastante, mas ainda continua a não ser muito fácil obter um visto para vir fazer Turismo em Angola. Depois temos também as questões relacionadas com a falta de infraestruturas nomeadamente de saúde. Os turistas são exigentes e, portanto, nem todos querem ir para países, onde por exemplo não há hospitais que os possam tratar em caso de necessidade e isso é especialmente importante porque estamos a falar de Angola, um país tropical onde há muitas doenças e naturalmente os estrangeiros podem apanhar e por isso têm de vir.

Sobre a questão *como caracteriza a capacidade empreendedora no Sector do Turismo antes da Pandemia?* o Dr. Hilário Buba considera que a capacidade empreendedora foi aceitável, em particular na construção de espaços de lazer, restaurantes, snack-bares, cafés e bares.

No que concerne à questão *com a pandemia, o sector do Turismo foi um dos mais afetados, como classifica o comportamento das autoridades na gestão da crise? E dos empresários do Sector?* o Dr. Hilário Buba considera que quer as autoridades, quer os empresários tiveram um comportamento positivo, e que o facto de terem sido adotadas medidas de prevenção e combate evitou que Angola não atingisse um número de afetados e mortes elevado como aconteceu noutros países.

Questionado sobre se *concorda com as medidas de apoio ao sector? Acha que são suficientes para apoiar a recuperação?* o Dr. Hilário Buba explicou que as medidas de apoio ao sector são de certa forma aceitáveis e são as possíveis, embora que do ponto de vista económico o sector ficou muito afetado. Muitos empresários encerraram os empreendimentos, e tiveram que despediram funcionários, o que ainda agravou mais o fraco poder de compra de muitas famílias.

Sobre a questão *quais as medidas que considera mais adequada para impulsionar o empreendedorismo das MPME de Turismo em Angola? e quais considera os principais constrangimentos a um maior desenvolvimento do Turismo em Angola nos próximos 3 Anos?* para o Dr. Hilário Buba os principais constrangimentos a um maior desenvolvimento do Turismo em Angola nos próximos 3 anos, são essencialmente a falta de Planos Diretores Provinciais ou Municipais; a desburocratização e descentralização da atividade do Turismo; o incentivo à falta da prática do Turismo interno; a revisão dos preços nas Unidades Hoteleiras; e a desburocratização dos Vistos de Turismo para fomentar o Turismo internacional.

Conclusões

Angola tem um potencial turístico enorme, e mais uma vez foi possível comprovar que o crescimento do mesmo depende de fatores basilares e comuns a outros países como a necessidade de infraestruturas de alojamento e rodoviárias, a necessidade de segurança e os processos de atribuição de vistos. As dificuldades de acesso à internet e a escassez de recursos humanos com qualificações adequadas às empresas que prestam serviços nesta área, representam igualmente um constrangimento importante.

Verificamos um consenso generalizado por parte dos empresários sobre a insuficiência de medidas concretas de apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas do sector, e concluímos que resolvidas as questões das medidas de combate a Pandemia Covid-19 a procura turística internacional deverá recuperar de forma rápida, razão pela qual Angola deve aproveitar esta oportunidade estratégica. A expectativa de uma melhoria da economia nacional também representa um indicador importante para o crescimento do turismo interno pelo que importa garantir a criação de condições para um ambiente favorável ao empreendedorismo.

Neste aspeto, Angola necessita de melhorar as suas infraestruturas, quer ao nível dos transportes e hospitais, mas também pelo aumento e diversificação da oferta de alojamento e de serviços.

Dada a dimensão de Angola e a sua heterogeneidade o Impulsionamento das Micro, Pequenas e Médias Empresas de Turismo em Angola deve ser alicerçado na dinamização da iniciativa privada, suportada pela redução e simplificação da burocracia, pela redução da carga de tributação, pelo maior acesso ao crédito, por uma aposta na formação e no ensino na área do turismo. Os maiores constrangimentos ao crescimento do turismo externo, em particular o Turismo de Lazer é a não melhoria dos transportes aéreos e a política de conceção de vistos, e no turismo de interno é a não melhoria do poder de compra dos angolanos.

Pelo presente estudo confirmamos que Angola tem um enorme potencial de atratividade turística, no entanto, para que o desenvolvimento do turismo seja uma realidade nos próximos anos é essencial uma maior reflexão sobre a exequibilidade do plano existente de modo a criar as medidas necessárias ou reajustar as existentes, face a um novo enquadramento económico, social e comportamental gerado pela Pandemia Covid-19. O turismo pode e deve ser um alicerce essencial no esforço de diversificação da economia, mas

para o efeito tem de ser desenvolvido numa ótica de competitividade e sustentabilidade só possível com uma aposta forte na mobilidade e no conhecimento. Por maior que seja o espírito empreendedor se não forem criadas as condições necessárias a um bom ambiente de negócios muito dificilmente as empresas se conseguem desenvolver.

Pelas leituras efetuadas e pelos resultados obtidos conclui-se que a falta de uma política angolana assertiva de apoio às MPME de Turismo, é um dos fatores que têm restringindo um maior desenvolvimento deste sector empresarial e que o maior receio dos inquiridos em termos de expectativas futuras é o agravamento da crise económica. Estando amplamente identificados os principais fatores responsáveis pelo fraco desempenho do sector, urge criar infraestruturas, reduzir a burocracia, agilizar a abertura de empresas e conceção de licenças, reduzir a carga fiscal e criar linhas de apoio ao crédito. Planos que não se traduzem por reais medidas de apoio às empresas, não surtem impactos positivos e não podem ser considerados assertivos.

Referências bibliográficas

- Ács, Z. J., Szerb, L., & Lloyd, A. (2018). *The Global Entrepreneurship Index 2018*. Washington, D.C., USA: The Global Entrepreneurship and Development Institute. Obtido de Global Entrepreneurship and Development Institute.
- Agência para a Competitividade e Inovação (IAPMEI). (2016). *Manual do Empreendedor*. Lisboa: IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.
- Banco Mundial. (2019). *Diagnóstico do sector privado do País. Criação de mercados em Angola. Oportunidades de Desenvolvimento através do Sector Privado*. Washington: World Bank Group.
- Banco Mundial e ONU. (2020). *Confrontar as consequências socioeconómicas da COVID-19 em Angola. Perspectivas e respostas políticas para uma crise multidimensional em evolução*. Washington, D.C., Estados Unidos: Banco de Mundial e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
- Bandeira, M. F. (2014). Aproximação ao Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo na Região Litoral Centro de Angola (PEDT9. *II Conferencia Científica Internacional da Universidade Mandume ya Ndemufuayo (UMN)*, (pp. 1-14). Namibe.
- Bandeira, M. F. (2017). O Turismo Escuro em Angola: Referência Especial das vias rodoviárias Lobito-Sumbe e Benguela-Huambo. *Revista Universitaria Ruta*, 19(II), pp. 72-82.
- Bandeira, M. F., & Hatonda, L. (2019). Aproveitamento Turístico do curso inferior do Rio Balombo e periferia, no Egipto Praia, Angola. *Revista Universitaria Ruta*, 21, pp. 45-56.
- Bandeira, M. F., & Ngongo, A. (2020). Aproveitamento Turístico das Cavernas de Deus e Maria Bonita no Município do Sumbe, Província do Kwanza Sul em Angola. *Iberografias. Revistas de Estudos Ibéricos*, 16, pp. 181-194.
- Barbosa, L., & Pinho, P. (2016). Estrutura de financiamento das empresas. Em Departamento de Estudos Económicos, *Revista de Estudos Económicos* (pp. 1-30). Lisboa: Banco de Portugal.
- BCSA Advogados . (2022). *Coronavírus Angola: Medidas de alívio para empresas e famílias alívio para empresas e famílias*. Obtido em 10 de Janeiro de 2022, de News. Angola: <https://www.plmj.com/pt/conhecimento/novidades-legislativas/Coronavirus-Angola->

Medidas-de-alivio-para-empresas-efamilias/30736/

- Boterf, G. L. (2006). Avaliar a competência de um profissional. Três dimensões a explorar. *Pessoal*, pp. 60-63. Obtido em 16 de Março de 2021, de <http://www.guyleboterf-conseil.com/Article%20evaluation%20version%20directe%20Pessoal.pdf>
- Bygrave, W., & Zacharakis, A. (2011). *Entrepreneurship* (2 nd ed.). United States of America: John Wiley & Sons, Inc.
- Câmara de Comércio e Indústria Portugal Angola (CCIPA). (2021). *FMI revê em baixa o crescimento económico de Angola de 3,2% para 0,4% em 2021*. Obtido em 16 de Abril de 2021, de Anuário CCIPA: <http://www.cciportugal-angola.pt/fmi-reve-baixa-crescimento-economico-angola-32-04-2021/>
- Cambala, R. (2021). *Retrospectiva/2020: Os dois primeiros casos positivos de COVID-19 em Angola vieram de Portugal*. Obtido em 27 de Março de 2021, de Jornal de Angola: <https://jornaldeangola.ao/ao/noticias/retrospectiva-2020-os-dois-primeiros-casos-positivos-de-COVID-19-em-angola-vieram-de-portugal/>
- Carvalho, L. C., & Costa, T. (2015). *Empreendedorismo. Uma visão Global e integradora. Inclui guia prático de educação para o empreendedorismo para classes presenciais e ensino a distância*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Catessamo, M. F., & Rua, O. (2015). *Inovação e empreendedorismo em Angola: Contribuições para o desempenho das PME*. Porto: Vida Economica Editorial. Obtido em 15 de Março de 2021, de 2015: [https://books.google.pt/books?id=5XNyCQAAQBAJ&pg=PA108&lpg=PA108&dq=Com+a+cria%C3%A7%C3%A3o+do+Balc%C3%A3o+%C3%9Anico+de+Empreendedor+\(BUE\)+e+do+Guich%C3%A9+%C3%9Anico+do+Empreendedor+\(GUE\)&source=bl&ots=R__yfbK0VN&sig=ACfU3U3bsnOArgtJjRJwF4tsXB4YNSaZ5g&h](https://books.google.pt/books?id=5XNyCQAAQBAJ&pg=PA108&lpg=PA108&dq=Com+a+cria%C3%A7%C3%A3o+do+Balc%C3%A3o+%C3%9Anico+de+Empreendedor+(BUE)+e+do+Guich%C3%A9+%C3%9Anico+do+Empreendedor+(GUE)&source=bl&ots=R__yfbK0VN&sig=ACfU3U3bsnOArgtJjRJwF4tsXB4YNSaZ5g&h)
- Chambassuco, M. (2017). *Por cada 100 empresas que nascem, 70 morrem ao fim de um ano de actividade*. Obtido em 15 de Setembro de 2019, de Expansão: <http://expansao.co.ao/artigo/74717/por-cada-100-empresas-que-nascem-70-morrem-ao-fim-de-um-ano-de-actividade?seccao=5>
- Chambassuco, M. (2019). *Estratégia Angola 2025 revista e metas empurradas para 2050*. Obtido em 15 de Setembro de 2020, de <http://expansao.co.ao/artigo/111895/estrategia-angola-2025-revista-e-metas-empurradas-para-2050?seccao=5>
- COVID-19 Data Repository by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at

- Johns Hopkins University (JHU). (2022). *Doença do coronavírus (COVID-19) Angola*. Obtido em 22 de Janeiro de 2022, de Estatísticas: https://www.google.com/search?q=covid+angola&ei=PCzsYZe_DIauUuTLnJAK&ved=0ahUKEwiXzeav38X1AhUGlxQKHeQlB6IQ4dUDCBg&uact=5&oq=covid+angola&gs_lcp=Cgdnnd3Mtd2l6EAMyBQgAEIAEMgUIABCABDIFCAAQgAQyBQgAEIAEMgUIABCABDIFCAAQgAQyBQgAEIAEMgUIABCABDIFCAAQgAQyBQgAEIAEOg0
- Creswell, J. W. (2014). *Research Design. Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches* (4th ed.). United States of America: Sage.
- Cupeto, C., & et al. (2014). Empreendedorismo no Turismo de experiência e emoção. *GEO - Comunicações - Em Congressos Científicos Internacionais*, pp. 160-163. Obtido em 02 de Maio de 2021, de <http://hdl.handle.net/10174/14206>
- Decreto Presidencial n.º 120/20, de 24 de Abril. (2020). Prorroga o Estado de Emergência. *Diário da República I Série N.º56*, pp. 2709-2716.
- Decreto Presidencial n.º 128/20, de 8 de Maio. (2020). Prorroga o Estado de Emergência. *Diário da República I Série N.º62*, pp. 2881-2888.
- Decreto Presidencial n.º 142/20, de 25 de Maio. (2020). Declara a situação de Calamidade Pública. *Diário da República I Série N.º70*, pp. 3081-3095.
- Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de Março. (2020). Declara o Estado de Emergência. *Diário da República I Série N.º35*, pp. 2289-2292.
- Decreto Presidencial n.º 97/20, de 9 de Abril. (2020). Prorroga o Estado de Emergência. *Diário da República I Série N.º46*, pp. 2467-2475.
- Decreto Presidencial n.º 98/20, de 9 de abril. (2020). Aprova as medidas de alívio dos efeitos económicos negativos provocados pela Pandemia COVID-19 COVID-19. *Diário da República I Série N.º46*, pp. 2474-2478.
- Ernesto, A., & Capilo, G. (2018). *A Economia Informal em Angola: Caracterização do Trabalhador Informal*. Luanda: Universidade Católica de Angola.
- Faustino, A. (2021). *Como o sector do Turismo pode contrariar a crise económica no país*. Obtido em 05 de Julho de 2021, de Jornal de Angola: <https://jornaldeangola.ao/ao/noticias/como-o-sector-do-Turismo-pode-contrariar-a-crise-economica-no-pais/>
- Ferraz, J. E. (2021). *Perspectivas turísticas*. Obtido em 25 de Março de 2021, de Jornal de

- Angola: <https://jornaldeangola.ao/ao/noticias/perspectivas-turisticas/>
- Figueira, L. M., Oosterbeek, L., & (Coord.). (2020). *Turismo Mundial, Crise Sanitária e Futuro: visões globais partilhadas*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar.
- GEM Angola. (2020). *GEM Angola 2018/2019 - Estudo sobre o Empreendedorismo*. Luanda: A Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI).
- Governo de Angola. (2018). *Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022*. Luanda: República de Angola.
- Governo de Angola. (2021). *Combate ao Coronavírus. Ponto de situação Atual em Angola*. Obtido em 24 de Março de 2021, de Portal Oficial do Governo da República de Angola: <https://governo.gov.ao/ao/COVID-19/>
- Hisrich, R. D., Peters, M., & Shepherd, D. (2017). *Entrepreneurship* (10 th ed.). New York: McGraw-Hill Education.
- Instituto Nacional de Apoio as Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM). (2021). *PRODESI 2020 um Ano Encorajador*. Obtido em 02 de Maio de 2021, de PRODESI: <https://prodesi.ao/media/noticias/prodesi-2020-um-ano-encorajador>
- Jornal de Angola. (2021). *País terá Fundo da Cultura, Turismo e Ambiente*. Obtido em 12 de Janeiro de 2022, de Política: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/pais-tera-fundo-da-cultura-Turismo-e-ambiente/>
- Komarkova, I., Gagliardi, D., Conrads, J., & Collado, A. (2015). *Entrepreneurship Competence: An Overview of Existing Concepts, Policies and Initiatives*. Luxembourg: European Commission. doi:10.2791/067979
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. (2021). *Fundamentos de Metodologia Científica* (9ª ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Lanka, E., Lanka, S., Rostron, A., & Singh, P. (2021). Por Que Precisamos de Pesquisa Qualitativa em Estudos de Gestão. *Revista de Administração Contemporânea*, 25(2), pp. 1-8. doi:10.1590/1982-7849rac2021200297.en
- Lei 30/11 de 13 de Setembro. (2011). Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas. *Diário da República I Série n.º 176*, pp. 4294-4301.
- Lei n.º 9/15. (2015). Lei do Turismo. *Diário Oficial da República de Angola I Série N.º 87*, pp. 2504-2512.
- Lusa. (2018). *PR angolano extingue unidades de promoção do investimento privado e exportações*. Obtido em 02 de Maio de 2021, de Diário de Notícias:

- <https://www.dn.pt/lusa/pr-angolano-extingue-unidades-de-promocao-do-investimento-privado-e-exportacoes-9184161.html>
- Lusa. (2022). *Economia angolana cresceu 0,8% no terceiro trimestre de 2021*. Obtido em 18 de Janeiro de 2022, de RTP Notícias: https://www.rtp.pt/noticias/economia/economia-angolana-cresceu-08-no-terceiro-trimestre-de-2021_n1377523
- Martínez, P., Clement, H., Bergman, C., Evilsizor, C., & Mateu, H. (2020). *Travel Distributors Must Deliver a Seamless Customer Experience*. Washington, DC: Boston Consulting Group (BCG).
- Martins, C. A., & Morais, A. (2016). O contributo do Turismo para o desenvolvimento das regiões. *Gaia Scientia. Edição Especial Europa*, 10(2), pp. 84-91. doi:10.21707/gaia.v10.n02a09
- Ministério da Economia. (2012). *Programa de Desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (PDMPME)*. Luanda: República de Angola.
- Ministério da Hotelaria e Turismo. (2011a). *Plano Director do Turismo de Angola (PDTA) 2011/2020*. Luanda: República de Angola.
- Ministério do Planeamento. (2007). *Angola 2025. Angola um País com Futuro. Estratégia de Desenvolvimento a longo prazo para Angola*. Luanda: República de Angola.
- Ministério da Hotelaria e Turismo. (2011b). *Programa PARTENON. Plano Director do Turismo. Volume II: Eixos de Desenvolvimento 2011-2020 para o Desenvolvimento do Turismo em Angola*. Luanda: República de Angola.
- Nambi, I. (2018). *Criadas em ano e meio 26 mil novas empresas*. Obtido em 16 de Setembro de 2019, de Mercado: <https://mercado.co.ao/mercados/criadas-em-ano-e-meio-26-mil-novas-empresas-EE215789>
- Nassif, V. M., Ghobril, A., & Silva, N. (2014). Understanding the Entrepreneurial Process: a Dynamic Approach. *Brazilian Administration Review*, pp. 1-15. doi:10.1590/S1807-76922010000200007
- Organization for Economic Co-operation and Development (OECD). (2020). *Tourism Policy Responses to the coronavirus (COVID-19)*. Paris: OECD.org.
- Pakman, E. T. (2014). Sobre as definições de Turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico. *XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*, 24, pp. 1-20.
- Paulo, F. (2021). *Pandemia leva ao encerramento de 90% do sector hoteleiro em Angola*.

- Obtido em 27 de Junho de 2021, de RFI: <https://www.rfi.fr/pt/angola/20210524-pandemia-leva-ao-encerramento-de-90-do-sector-hoteleiro-em-angola>
- Rodrigues, I. P. (2017). Innovative Entrepreneurship in the Tourism Sector: New Insights on the Role of the Development Context. *Journal of Economics*, 21(1), pp. 53-88.
- Rodrigues, S. (2008). *Manual Técnico do Formando: “Empreendedorismo”*. Alges: ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários e EduWeb. Coleção Ferramentas para o Empreendedor.
- Sarmiento, E. M. (2020). *Webinar sobre o Estudo da Cadeia de Valor do Sector do Turismo em Angola*. Obtido em 20 de Abril de 2021, de PRODESI: https://www.youtube.com/watch?v=llV4aKf8_xk&t=2s&ab_channel=ProgramaProdesi
- Silvestre, M. J., Fialho, I., & Saragoça, J. (2014). Da palavra à construção de conhecimento científico: um olhar reflexivo e meta-avaliativo sobre o guião de entrevista. *Comunicação & Informação*, 17(2), pp. 119-138. doi:10.5216/31793
- Stainton, H. (2021). *Tourism Teacher*. Obtido em 28 de Abril de 2021, de Components of tourism: Structure of the tourism industry: <https://tourismteacher.com/components-of-tourism/#0-structure-of-the-tourism-industry->
- Swarbrooke, J., & Horner, S. (2007). *Consumer Behaviour in Tourism*. Oxford, United Kingdom: Elsevier Ltd.
- Toubes, D. R., Vila, N., & Brea, J. (2021). Changes in Consumption Patterns and Tourist Promotion after the COVID-19 Pandemic. *Journal Theoretical and Applied Electronic Commerce Research*, 16(5), pp. 1332-1352. doi:10.3390/jtaer16050075
- Vale, S. (2018). Empreendedorismo e governo societário em Angola. *Revista de Direito Comercial*, pp. 665-708.
- Vilelas, J. (2017). *Investigação. O Processo de Construção do Conhecimento* (2ª Revista e Aumentada ed.). Edições Sílabo.
- World Development Indicators (WDI). (2021). *Angola - Número de chegadas*. Obtido em 20 de Abril de 2021, de Atlas Mundial de dados : <https://pt.knoema.com/atlas/Angola/N%c3%bamerodechegadas>

Anexos

Anexo 1 - Inquérito por questionário

Impulsão das Micro, Pequenas e Médias Empresas de Turismo em Angola: diagnóstico do Sector e consequências da Pandemia Covid-19

O presente questionário foi elaborado no contexto de um trabalho de investigação no Mestrado em Estratégia de Investimento e Internacionalização no Instituto Superior de Gestão de Lisboa e tem como objectivo identificar as medidas e incentivos de apoio, mais valorizadas pelas MPME de Turismo em Angola.

Todos os dados recolhidos serão tratados de forma agregada, anónima e confidencial.

A duração do preenchimento é aproximadamente de 8 minutos.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

***Obrigatório**

1. Endereço electrónico *

2. Considero-me devidamente esclarecido/a quanto aos objetivos do estudo, foi-me garantida a confidencialidade e anonimização dos dados, a participação voluntária e a possibilidade de a qualquer momento desistir de participar. Aceito participar de forma voluntária. *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

3. Que entidade representa? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Operador turístico
☐ Estabelecimento hoteleiro/residencial
☐ Empresa turística
☐ Estrutura museológica
☐ Associação/organismo
☐ Outra: _____

4. Qual a actividade principal da organização, empresa ou instituição? *

5. Qual o seu Cargo? *

6. Como avalia a capacidade empreendedora no sector do Turismo antes da Pandemia Covid-19? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Muito Fraca
☐ Fraca
☐ Razoável
☐ Boa
☐ Muito Boa

7. Com a Pandemia o sector do Turismo foi um dos mais afetados. Como classifica o comportamento das autoridades na gestão da crise? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Muito Inadequado
☐ Inadequado
☐ Adequado
☐ Muito Adequado

8. Como classifica o comportamento dos empresários do sector do Turismo na gestão da crise? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Muito Inadequado
☐ Inadequado
☐ Adequado
☐ Muito Adequado

9. Na sua organização, empresa ou instituição como caracteriza os efeitos gerados pela Pandemia Covid-19? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Muito Negativos
☐ Pouco Negativos
☐ Negativos
☐ Positivos
☐ Muito Positivos
☐ Sem Impactos

10. Das seguintes opções quais foram adotadas pela organização, empresa ou instituição que representa, na gestão da Pandemia Covid-19? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Encerramento Temporário
☐ Recurso ao Teletrabalho
☐ Redução Temporária do Emprego
☐ Adesão ao Lay-off
☐ Adesão às Moratórias
☐ Renegociação de empréstimos
☐ Cancelamento de contractos
☐ Adiamento de Investimentos previstos
☐ Injeção de Capital pelos Órgãos Sociais
☐ Prestação de Serviços/Venda de Produtos Online
☐ Nenhuma das anteriores

11. Qual o seu grau de concordância em geral com as medidas de apoio ao sector do Turismo? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo Totalmente
☐ Discordo em Parte
☐ Não Concordo, Nem Discordo
☐ Concordo em Parte
☐ Concordo Totalmente

12. Considera que as medidas de apoio ao sector são insuficientes para apoiar a recuperação? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

13. Das seguintes medidas qual o grau de importância que atribui a cada uma para impulsionar o empreendedorismo das MPME de Turismo em Angola? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada Importante	Pouco Importante	Importante	Muito Importante
Extensão de Lay-off	☐	☐	☐	☐
Apoio ao pagamento Rendas Comerciais	☐	☐	☐	☐
Alívio Fiscal e Contributivo	☐	☐	☐	☐
Extensão das Moratórias Bancárias	☐	☐	☐	☐
Crédito bancário para Tesouraria	☐	☐	☐	☐
Crédito Bancário para Investimento	☐	☐	☐	☐
Apoio às empresas a Fundo Perdido	☐	☐	☐	☐

14. Na sua opinião quais são as principais debilidades que não permitem um maior desenvolvimento do Turismo em Angola nos próximos 3 anos? (escolha no máximo 3 opções) *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Insuficiência de Infraestruturas de Alojamento
☐ Preços elevados do Alojamento e da Restauração
☐ Má qualidade da Rede Rodoviária
☐ Burocracia na atribuição de Vistos
☐ Falta de Casas de Câmbio a nível nacional
☐ Falta de Cursos de Ensino e Formação em Turismo

15. Na sua opinião quais são as principais ameaças para um maior desenvolvimento do Turismo em Angola nos próximos 3 anos? (escolha no máximo 3 opções) *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Agravamento da crise económica
☐ Dificuldades de comunicação e acesso à Internet
☐ Dificuldades logísticas de abastecimento de produtos essenciais
☐ Falta de fornecimento seguro de energia e água
☐ Falta de serviços de Cuidados de Saúde
☐ Aumento da criminalidade

16. Comentários

Muito obrigado pela participação.

Anexo 2 - Entrevista ao Dr. Dinis Magalhães Quicassa

Pergunta número 1 - Como caracteriza a capacidade empreendedora no sector do Turismo antes da pandemia?

“Antes da pandemia, o empreendedorismo ligado ao sector do Turismo é caracterizado como sendo muito dinâmico, onde era sobressalente as iniciativas ligadas a atividade de restauração e similares e das agências de viagens. Relativamente ao sector do alojamento o seu crescimento era mais lento, provavelmente, devido ao elevado investimento que carece”.

Pergunta número 2 - Com a pandemia o sector do Turismo foi um dos mais afetados, como classifica o comportamento das autoridades na gestão da crise? E dos empresários do sector?

“As autoridades não foram capazes de dar resposta imediata a crise ligada a pandemia, pois, muitas empresas do sector foram atingidas pela crise, mas poucas beneficiaram diretamente de apoios. As medidas de apoio (microcrédito) aprovadas pelo Estado foram muito generalistas à atividade económica (agricultura, pescas, comércio, etc.) e visavam sobretudo acautelar escassez no fornecimento de produtos da cesta básica. Os empresários foram bastante resilientes procuram sobreviver a crise, baixando os custos de exploração, nomeadamente, através da redução de pessoal. Infelizmente muitas empresas acabaram por não resistir, com ênfase para as agências de viagens que se viram obrigadas a fechar as portas. Estas eram essencialmente, vendedoras de bilhetes de passagens, aquelas que reinventaram-se apostando no Turismo interno conseguiram sobreviver e encontrar novas oportunidades de negócio”.

Pergunta número 3 - Concorda com as medidas de apoio ao sector? Acha que são suficientes para apoiar a recuperação?

“Não, as medidas aprovadas não permitiram impedir o encerramento de centenas de empresas ou pelo menos e consequentemente a perda de milhares de empregos. Apesar do grande esforço empreendido pelo ministério que tutela o sector do Turismo, envolvendo as associações e empresas ligadas ao ramo para aprovação de medidas de apoio ao sector, não foi

possível aprova-las no exercício económico de 2021, somente em 2022 é que algumas serão adotadas pelos ministérios da economia, finanças, segurança social e outros, não tendo sido aprovado um pacote único conforme pretensão”.

Pergunta número 4 - Quais as medidas que considera mais adequadas para impulsionar o empreendedorismo das MPME de Turismo em Angola?

“De entre as medidas que considero adequadas para impulsionar o empreendedorismo das MPME de Turismo em Angola, são:

- Melhoramento dos mecanismos de desburocratização do processo de abertura de empresas;
- Disponibilização de linhas de créditos;
- Simplificação do processo de licenciamento da atividade turística;
- Capacitação dos empreendedores da Micro e Pequenas empresas”.

Pergunta número 5 - Quais considera os principais constrangimentos a um maior desenvolvimento do Turismo em Angola nos próximos 3 anos?

“Dos principais constrangimentos para um maior desenvolvimento do Turismo em Angola, destaca-se:

- Não priorização do Turismo de facto, como pilar para diversificação da economia nacional
- Exiguidade ou inexistência de orçamentos que suportam execução dos programas e projetos estruturantes do sector;
- Ambiente de negócios pouco encorajador para atracção de investimento privado estrangeiro;
- Falta de apoio a iniciativa privada;
- Inexistência de um plano de formação e capacitação profissional”.

Anexo 3 - Entrevista ao Dr. Carlos Rosado de Carvalho

Pergunta número 1 - Como caracteriza a capacidade empreendedora no sector do Turismo antes da pandemia?

“A capacidade empreendedora no sector do Turismo é limitada como acontece de uma maneira geral em Angola. Angola depois da Independência adotou um Regime de economia socialista/comunista com a nacionalização de todos os meios de produção e, portanto, os poucos empresários que vieram do tempo colonial não tiveram naturalmente hipótese nenhuma vencerem com o tipo de Regime instalado. Portanto, o Regime destruiu os poucos empresários de havia. Depois com as primeiras eleições e adoção de uma economia de mercado iniciou-se a criação de grupos empresariais com base na teoria da acumulação primitiva de capital e portanto, criou-se uma elite rica, mas que de empresários têm muito pouco e o resultado que nós temos, não sendo empresários, mas mais “emprestários” que viveram à conta do dinheiro do Estado, e que criaram empreendimentos à conta do Estado, investimentos esses que na maioritariamente estão na falência, mas os empresários estão ricos com dinheiro, muito dinheiro no estrangeiro. E, portanto, é preciso criar de facto uma classe empresarial, e essa classe empresarial vai naturalmente, demorar muito tempo a ser criada. Isto é o que nós esperávamos que aconteça”.

Pergunta número 2 - Com a pandemia o sector do Turismo foi um dos mais afetados, como classifica o comportamento das autoridades na gestão da crise? E dos empresários do sector?

“Em Angola podemos dizer que praticamente não houve medidas de apoio aos empresários em geral e aos empresários do Turismo em particular, portanto não são conhecidos apoios para além de algumas, algum adiamento no pagamento dos impostos, talvez possa ser essa a única medida que beneficiou os empresários do Turismo. Aliás os empresários do Turismo queixam-se muito da falta de apoios e não apenas os empresários de Turismo, mas todos os empresários porque efetivamente Angola talvez por não ter espaço fiscal, eu diria mesmo que talvez tenha sido dos países do mundo onde efetivamente houve menos apoio à classe empresarial e, portanto, as empresas do sector foram sobrevivendo como podiam mas há taxas de falências que são números enormíssimos, eu cito de cor é preciso fazer uma pesquisa na

internet talvez, mas houve notícias que falavam em falências que iam a mais de setenta por cento. A sorte que o que o sector teve foi que com a pandemia e estou-me a referir sobretudo aos hotéis com a pandemia e as quarentenas obrigatórias, alguns hotéis conseguiram sobreviver basicamente com base nessas quarentenas sobretudo do sector petrolífero, mas não só. Portanto, houve vários hotéis, que são relativamente poucos, os poucos que sobreviveram, foi exatamente com esta situação da pandemia, que lhes permitiu com as quarentenas, manterem-se abertos e gradualmente até ganharem algum dinheiro”.

Pergunta número 3 - Concorda com as medidas de apoio ao sector? Acha que são suficientes para apoiar a recuperação?

“Como referi anteriormente, não há propriamente medidas, ou não houve propriamente medidas de apoio ao sector excetuando talvez o adiamento do pagamento de alguns impostos, portanto, não se conhece outro tipo de apoios, agora no orçamento geral do estado para 2022 há uma medida que consiste na redução da taxa do IVA no sector de 14 para 7%, mas para que as empresas beneficiem dessa redução há um conjunto de exigências, nomeadamente, terem os imóveis todos afetos à atividade registados nas finanças, terem os carros ou meios volantes também registados nas finanças, não deverem impostos e portanto, são condições que num sector muito penalizado pela crise, não sei se haverá muitas empresas a preencher esses requisitos. Eu acredito que a maior parte das empresas do sector da restauração devam dinheiro ao fisco, devam impostos. Portanto, não estou muito a ver como é que isso pode acontecer, enfim, mas a redução de facto do IVA pode se aplicada, pode contribuir para aliviar ou mitigar a crise no sector do Turismo”.

Pergunta número 4 - Quais as medidas que considera mais adequadas para impulsionar o empreendedorismo das MPME de Turismo em Angola?

“Eu entendo que as medidas para o sector do Turismo, ou para apoiar o empreendedorismo no Turismo e sobretudo entre as pequenas e médias empresas, não são muito diferentes de outros sectores de atividade e acho que a primeira medida, é a melhoria do ambiente de negócios, porque no fundo, no fundo, é um mau ambiente de negócios que está na origem dos principais gargalos ao empreendedorismo em Angola. Portanto, nós estamos a falar de melhorar o

ambiente de melhorar o ambiente de negócios é o quê? É melhorar nomeadamente a burocracia, é reduzir a burocracia, é também construir infraestruturas, essas medidas são validas não apenas para o sector do Turismo, mas para todos os sectores. Há outro aspeto também que é muito importante e que é sempre referido pelos empresários e que tem a ver com o crédito. O crédito em Angola é perfeitamente residual, os bancos preferem comprar títulos da dívida pública e fazer operações cambiais para ganharem dinheiro do que fazer aquilo que é a sua atividade tradicional que é ganharem dinheiro com o financiamento da economia. Agora sobre esta questão do crédito também é um pouco como os casamentos, a culpa não será seguramente apenas dos bancos. Os bancos também se queixam que não têm projetos bancáveis em todos os sectores e também no sector do Turismo. Portanto é preciso também que os empresários se abram mais e prestem mais contas e que estejam disponíveis para dar mais informação aos bancos, porque é justamente o problema da assimetria da informação que faz com que não haja crédito. Portanto os empresários podem melhorar aí muito e o estado aqui também pode ajudar. De alguma maneira o INAPME (Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas) já está a fazer que é também dar formação aos empresários do sector”.

Pergunta número 5 - Quais considera os principais constrangimentos a um maior desenvolvimento do Turismo em Angola nos próximos 3 anos?

Bom, eu acho que podemos aqui distinguir o Turismo interno, do Turismo internacional. Relativamente ao Turismo interno, que eu acho que é aquele em que se deveria e poderia apostar mais, nós temos um problema muito grande que é a falta de poder de compra dos angolanos. Durante os últimos anos os salários têm estado praticamente estagnados e com uma inflação elevada, sobra muito pouco dinheiro para fazerem Turismo. Isto relativamente ao Turismo, sem poder de compra, os preços enfim não é que estejam elevados, sobretudo se fizermos a conversão para dólares, os preços não estão elevado, o que acontece é que os Angolanos ganham pouco, e depois relativamente aqueles Angolanos que têm até possibilidades as principais dificuldades de fazerem Turismo em Angola, tem muitas vezes haver com os transportes, não é fácil, as ligações áreas são muito más, as ligações por estrada, também estão cada vez piores e portanto, isso obviamente que dificulta o Turismo. E depois temos também as questões relacionadas com a qualidade do Turismo muitas vezes, portanto, às vezes até há locais muito bonitos, mas depois falta a qualidade do serviço, que deixa

também muito, digamos assim, a desejar em Angola e, portanto, desse ponto de vista até uma medida que é necessária é apostar na formação dos trabalhadores do sector do Turismo. Já relativamente ao Turismo externo, que também é muito insipiente, praticamente não existe, nós temos fundamentalmente o Turismo de negócios, mas aí eu creio que um dos principais gargalos tem haver com a questão ainda dos vistos, a situação melhorou bastante, mas continua a não ser muito fácil obter um visto para vir fazer Turismo em Angola. Depois temos também as questões relacionadas com a falta de infraestruturas nomeadamente infraestruturas de saúde. Os turistas são exigentes e, portanto, nem todos querem ir para países, onde por exemplo não há hospitais que os possam tratar em caso de necessidade e isso é especialmente importante porque estamos a falar de Angola, um país tropical onde há muitas doenças e que naturalmente os estrangeiros, têm, podem apanhar e têm receio de vir.

Anexo 4 - Entrevista ao Dr. Hilário Sebastião Domingos Buba

Pergunta número 1 - Como caracteriza a capacidade empreendedora no Sector do Turismo antes da Pandemia?

“A capacidade empreendedora no sector do Turismo antes da Pandemia, foi aceitável porque permitia com maior facilidade a criação de espaços de lazer, restauração de grande e pequenas dimensão, isto é, no caso da construção de Restaurantes, Snack-Bares, Cafés e Bares.

Pergunta número 2 - Com a pandemia, o sector do Turismo foi um dos mais afetados, como classifica o comportamento das autoridades na gestão da crise? E dos empresários do Sector?

“O comportamento das autoridades na gestão da crise, foi positiva, tendo em atenção que a pandemia afetou todos países do mundo e Angola também foi afetado, logo as autoridades tomaram medidas de prevenção ao surto pandémico, evitando elevado número de afetados e mortes assustadoras como aconteceu noutros países. Sobre o comportamento dos empresários do sector, também consideramos positiva, porque os mesmos fazem parte da população angolana, daí aceitação e aderência as medidas tomadas pelas autoridades, permitiu maior controlo da pandemia, porque com a abertura dos empreendimentos turísticos a 100%, daria maior probabilidade de expandir o vírus da Covid-19, quase em maior parte da população e ou das famílias.

Pergunta número 3 - Concorda com as medidas de apoio ao sector? Acha que são suficientes para apoiar a recuperação?

“As medidas de apoio ao sector são de certa forma aceitável e são as possíveis, embora que do ponto de vista económico o sector ficou muito afetado, isto é, muitos empresários encerraram os empreendimentos, despediram funcionários e provocou fraco poder de compra das famílias. Para a recuperação do sector é importante o seguinte: Incentivar o regresso ao tempo normal, recuperação das infraestruturas, recrutamento ou retorno da força de trabalho, etc,etc.

Pergunta número 4 - Quais as medidas que considera mais adequada para impulsionar o empreendedorismo das MPME de Turismo em Angola? e **Pergunta número 5** - Quais considera os principais constrangimentos a um maior desenvolvimento do Turismo em Angola nos próximos 3 Anos?

“Os principais constrangimentos a um maior desenvolvimento do Turismo em Angola nos próximos 3 anos, considero os seguintes:

- a) Falta de Planos Diretores Provinciais ou Municipais;
- b) Desburocratização e Descentralização da atividade do Turismo;
- c) Incentivo a falta da prática do Turismo interno;
- d) Revisão dos preços nas Unidades Hoteleiras;
- e) Desburocratização dos Vistos de Turismo, entre outros.

OBS: Angola, caminha para as Autarquias locais, a descentralização e desburocratização do poder de decisão em nosso entender já devia caminhar, isto é o poder central para o Provincial, este por sua vez para Municipal, evitando elevado tempo decisão o solução de um problema que poderia ser resolvido no prazo de 8 a 10 dias, que em virtude da burocracia atinge mais de 15 dias e noutros casos meses

Anexo 5 - Resultados do inquérito por questionário

1. Endereço Eletrónico não divulgado em conformidade com a garantia de anonimato e confidencialidade
2. Considero-me devidamente esclarecido/a quanto aos objetivos do estudo, foi-me garantida a confidencialidade e anonimização dos dados, a participação voluntária e a possibilidade de a qualquer momento desistir de participar. Aceito participar de forma voluntária.

Confirmação esclarecimento	N.º respostas	%
Sim	52	100,00
Não	0	0,00
Total	52	100,00

3. Que entidade representa?

Entidade que representa	N.º respostas	%
Agências de Viagem	8	15,38
Associação/organismo	6	11,54
Consultoria Ambiental em Turismo	1	1,92
Consultoria de Gestão, Jurídica e Financeira em Turismo	3	5,77
Empresa turística	3	5,77
Empresas de Animação e Organização Espetáculos	3	5,77
Empresas de Catering e Restauração	6	11,54
Estabelecimento hoteleiro/residencial	16	30,77
Estrutura museológica	0	0,00
Investigação, Consultoria e Ensino em Turismo	3	5,77
Operador turístico	3	5,77
Total	52	100,00

4. Qual a atividade principal da organização, empresa ou instituição?

Atividade Principal	N.º respostas	%
Agências de Viagem (Venda de Bilhetes)	8	15,38
Associação/organismo (Apoio ao empreendedorismo, apoio à criação de políticas de Turismo, fiscalização e legalização de empreendimentos turísticos, promoção de atividades no âmbito da Cultura, Turismo, Artesanato e Ambiente)	6	11,54
Consultoria Ambiental em Turismo (Projetos e avaliação de impactos ambientais)	1	1,92
Consultoria de Gestão, Jurídica e Financeira em Turismo (Aconselhamento, Pareceres, Elaboração de Planos de Negócio)	3	5,77
Empresa turística (Produção e comercialização de produtos, Planeamento e fomento do Turismo)	3	5,77
Empresas de Animação e Organização Espetáculos (prestação de serviços)	3	5,77
Empresas de Catering e Restauração (Produção, comercialização e (prestação de serviços)	6	11,54
Estabelecimento hoteleiro/residencial (Alojamento)	16	30,77
Estrutura museológica	0	0,00
Investigação, Consultoria e Ensino em Turismo (Consultoria e assessoria em Turismo, Investigação, Docência).	3	5,77
Operador turístico (Elaboração de pacotes, Elaboração de roteiros, aconselhamento, venda de bilhetes e apoio na obtenção de vistos)	3	5,77
Total	52	100,00

5. Qual o seu Cargo?

Cargo	N.º respostas	%
Administrador	1	1,92
Administrativo	2	3,85
Advogado- Sócio	1	1,92
Agente (Agencia de Viagens)	1	1,92
Arquiteto	1	1,92
Assistente Comercial	1	1,92
Chefe de Turnos	1	1,92
Contabilista/Técnico de Contabilidade e Finanças	2	3,85
Coordenador	2	3,85
Country Manager Angola	1	1,92
Diretor Adjunto/Assessor	3	5,77
Diretor Geral/Diretor Executivo/Gerente	14	26,92
Diretor Técnico	2	3,85
Diretor/Gestor Financeiro	1	1,92
Diretora de Comunicação e Marketing	1	1,92
Engenheiro	1	1,92
Gestor de Recursos Humanos	1	1,92
Gestor Turístico	1	1,92
Investigador	1	1,92
Planeamento Estratégico	1	1,92
Professor Universitário/Consultor	1	1,92
Sócio Gerente	1	1,92
Subdiretor Catering	1	1,92
Subdiretor Financeiro e Administrativo	2	3,85
Técnica de Recursos Humanos	2	3,85
Técnico de Viagens	4	7,69
Técnico Financeiro	1	1,92
Técnico Produtos Turísticos	1	1,92
Total	52	100,00

6. Como avalia a capacidade empreendedora no sector do Turismo antes da Pandemia Covid-19?

Como avalia a capacidade empreendedora no sector do Turismo antes da Pandemia COVID-19?	N	%
Muito Fraca	6	11,54
Fraca	23	44,23
Razoável	15	28,85
Boa	5	9,62
Muito Boa	3	5,77
Total	52	100,00

7. Com a Pandemia o sector do Turismo foi um dos mais afetados. Como classifica o comportamento das autoridades na gestão da crise?

Com a Pandemia o sector do Turismo foi um dos mais afetados. Como classifica o comportamento das autoridades na gestão da crise?	N	%
Muito Inadequado	11	21,15
Inadequado	28	53,5
Adequado	12	23,08
Muito Adequado	1	1,92
Total	52	100,00

8. Como classifica o comportamento dos empresários do sector do Turismo na gestão da crise?

Como classifica o comportamento dos empresários do sector do Turismo na gestão da crise?	N	%
Muito Inadequado	0	0,00
Inadequado	23	44,23
Adequado	27	51,92
Muito Adequado	2	3,85
Total	52	100,00

9. Na sua organização, empresa ou instituição como caracteriza os efeitos gerados pela Pandemia Covid-19?

Na sua organização, empresa ou instituição como caracteriza os efeitos gerados pela Pandemia COVID-19?	N	%
Muito Negativos	18	34,62
Pouco Negativos	5	9,62
Negativos	23	44,23
Positivos	4	7,69
Muito Positivos	2	3,85
Sem impactos	0	0,00
Total	52	100,00

10. Das seguintes opções quais foram adotadas pela organização, empresa ou instituição que representa, na gestão da Pandemia Covid-19?

Das seguintes opções quais foram adotadas pela organização, empresa ou instituição que representa, na gestão da Pandemia COVID-19?	N	%
Encerramento Temporário	8	15,38
Recurso ao Teletrabalho	17	32,69
Redução Temporária do Emprego	16	30,77
Adesão ao Lay-off	5	9,62
Adesão às Moratórias	0	0,00
Renegociação de empréstimos	5	9,62
Cancelamento de contractos	7	13,46
Adiamento de Investimentos previstos	11	21,15
Injeção de Capital pelos Órgãos Sociais	3	5,7
Prestação de Serviços/Venda de Produtos Online	10	19,23
Nenhuma das anteriores	7	13,46

11. Qual o seu grau de concordância em geral com as medidas de apoio ao sector do Turismo?

Qual o seu grau de concordância em geral com as medidas de apoio ao sector do Turismo?	N	%
Discordo Totalmente	8	15,38
Discordo em Parte	23	44,23
Não Concordo, Nem Discordo	6	11,54
Concordo em Parte	15	28,85
Concordo Totalmente	0	0,00
Total	52	100,00

12. Considera que as medidas de apoio ao sector são insuficientes para apoiar a recuperação?

Considera que as medidas de apoio ao sector são insuficientes para apoiar a recuperação?	N	%
Sim	42	80,77
Não	10	19,23
Total	52	100,00

13. Das seguintes medidas qual o grau de importância que atribui a cada uma para impulsionar o empreendedorismo das MPME de Turismo em Angola?

Das seguintes medidas qual o grau de importância que atribui a cada uma para impulsionar o empreendedorismo das MPME de Turismo em Angola?	Nada Importante	Pouco Importante	Importante	Muito Importante
Extensão de Lay-off	7	23	15	7
Apoio ao pagamento Rendas Comerciais	7	14	17	14
Alívio Fiscal e Contributivo	3	6	27	16
Extensão das Moratórias Bancárias	4	9	25	14
Crédito bancário para Tesouraria	2	12	19	19
Crédito Bancário para Investimento	4	5	22	21
Apoio às empresas a Fundo Perdido	3	10	22	17

14. Na sua opinião quais são as principais debilidades que não permitem um maior desenvolvimento do Turismo em Angola nos próximos 3 anos? (escolha no máximo 3 opções)

Na sua opinião quais são as principais debilidades que não permitem um maior desenvolvimento do Turismo em Angola nos próximos 3 anos? (escolha no máximo 3 opções)	N	%
Insuficiência de Infraestruturas de Alojamento	26	55,77
Preços elevados do Alojamento e da Restauração	36	69,23
Má qualidade da Rede Rodoviária	41	78,85
Burocracia na atribuição de Vistos	23	44,23
Falta de Casas de Câmbio a nível nacional	14	26,92
Falta de Cursos de Ensino e Formação em Turismo	20	38,46

15. Na sua opinião quais são as principais ameaças para um maior desenvolvimento do Turismo em Angola nos próximos 3 anos? (escolha no máximo 3 opções).

Na sua opinião quais são as principais ameaças para um maior desenvolvimento do Turismo em Angola nos próximos 3 anos? (escolha no máximo 3 opções)	N	%
Agravamento da crise económica	44	84,62
Dificuldades de comunicação e acesso à Internet	17	32,69
Dificuldades logísticas de abastecimento de produtos essenciais	27	51,92
Falta de fornecimento seguro de energia e água	27	51,92
Falta de serviços de Cuidados de Saúde	25	48,08
Aumento da criminalidade	29	55,77